



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 19/13-17

SESSÃO ORDINÁRIA

2016/06/30

*Apurada em
26 votos a favor e
7 abstenções.*

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 22H15M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Flamiano Gonçalves Martins, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Vitor José Brás Rocha, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Ana Isabel Cordeiro.
- Lilita Maria Esteves Gonçalves, eleita pelo Partido Social Democrata, substituída por Clemente Pires.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:



Assembleia Municipal de Caminha

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 22 de abril 2016;
- c) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 03 de junho 2016;
- d) – Alterações ao Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha;
- e) – Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada no Concelho de Caminha;
- f) – Regulamento Municipal de Plano de Emergência Social – Caminha Solidária;
- g) – Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesias de Vile para apoio na Repavimentação da Rua da Tapada;
- h) – Complementação de Sinalética Existente - Placa Adicional -Calçada de Santo António na União de Freguesias de Caminha/ Vilarelho.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A **Senhora Ana Patrícia Moreira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Tenho três assuntos para falar nesta assembleia.

- 1.º Dólmen da Barrosa – projeto no âmbito do orçamento participativo do ano de 2015.
- 2.º Tema – Assembleia extraordinária do dia 9 de junho de 2016.
- 3.º Tema – Ensino secundário em Vila Praia de Âncora



Assembleia Municipal de Caminha

Começo então por falar no 1.º ponto. Projeto selecionado no âmbito do orçamento participativo do ano de 2015.

Foram várias as propostas apresentadas pela população, das quais saíram quatro propostas para análise.

Sendo a mais votada a requalificação do largo da estação em Vila Praia de Âncora. Esta proposta foi eliminada do orçamento participativo por não reunir todos os pressupostos do regulamento. Dizem os responsáveis. Mas até agora também não foi dada nenhuma justificação concreta aos Ancorenses.

Sendo selecionada a proposta seguinte, recuperação do espaço envolvente ao Dólmen da Barrosa.

O Concelho de Caminha foi chamado então a votar em 14 propostas de várias freguesias do concelho, e escolheram o Dólmen da Barrosa votando de forma muito significativa.

Pergunto ao Sr. ° Presidente da Câmara Municipal de Caminha:

Já existe projeto?

Os proprietários dos terrenos autorizam a implementação do projeto?

Para quando o início das obras?

É que o cheque já foi publicitado.

Temos um excelente espaço próprio à criação de mais uma zona de lazer em Vila Praia de Âncora. Sou moradora numa rua confinante com o dólmen da barrosa, e todos os dias, principalmente aos fins-de-semana nesta altura em que o tempo nos convida para sair e aproveitar a natureza. Vejo famílias, grupos que percorrem o caminho de Santiago, associações, crianças e jovens a utilizarem este espaço, quer seja para piqueniques, utilização dos equipamentos que já existem, quer para festas, convívios ou mesmo para descansar. Caso ainda esteja em fase de projeto, permita-me lembrar aos técnicos o seguinte:

- a) Estão previstos sanitários públicos?
- b) Previram a criação de uma entrada na Rua da Barrosa, facilitando o acesso aos utilizadores (infantários, escolas, lares associações)?
- c) Estão previstos RSU's, ecopontos.



Assembleia Municipal de Caminha

d) Finalmente está prevista a criação de lugares de estacionamento.

O outro ponto que me leva a intervir nesta assembleia está relacionado com a última assembleia extraordinária que decorreu no dia 09 de junho de 2016 em Vila Praia de Âncora, nomeadamente com a condução dos trabalhos.

Senti-me envergonhada, aborrecida e triste perante os Ancorenses que nos elegeram.

A todos os elementos que constituem esta assembleia municipal, Sr.º Presidente da Assembleia Municipal, Sr.º Presidente da Câmara de Caminha, Senhoras Vereadoras e Vereadores, Senhoras Deputadas e Deputados, fomos eleitos pelos Ancorenses, para tratar, gerir e representar Vila Praia de Âncora e o Concelho de Caminha, temos o dever de os ouvir e não cortar a palavra, para se fazer cumprir um regimento.

O assunto que levou a essa Assembleia Municipal era de grande importância para Vila Praia de Âncora. Estávamos a falar do possível encerramento de uma escola (ANCORENSIS) e possíveis consequências a todos os níveis quer para Vila Praia de Âncora, quer para o concelho de Caminha.

Nesse dia os intervenientes deveriam de ser a população, professores, alunos, encarregados de educação que se inscreveram, tal como eu hoje estou aqui, para falarem das suas preocupações sem se preocuparem com o tempo imposto no início da assembleia.

Mesmo assim, o critério usado não foi igual para todos.

Pergunto Sr. º Presidente da Assembleia Municipal qual a diferença entre uma jovem de seu nome Mafalda, aluna da Ancorensis, que apenas falou os 2min e 30seg porque o Sr.º Presidente da Assembleia Municipal lhe informou que o tempo tinha esgotado, e a mesma abandonou o seu discurso para respeitar a sua decisão, dos outros que usaram da palavra posteriormente, ultrapassando o tempo imposto?

Pergunto Sr. º Presidente da Assembleia Municipal qual a diferença entre um professor do ensino público que apenas me recordo do apelido Prof.º Braga, que ultrapassou o tempo limite, apenas lhe cortaram a palavra, para um ilustre



Assembleia Municipal de Caminha

Ancorense, que também contribuiu para o ensino público do nosso concelho e não só, Prof.º Manuel Marques, cortando a palavra e desligando o microfone? Qual o critério?

Como já referi saí dessa assembleia muito desapontada, e com uma vontade de pegar no microfone e de chamar à razão, todos os presentes, pois o assunto que deveria ser debatido, foi colocado em segundo plano. Os Ancorenses não foram ouvidos, nem sequer deixaram concluir o discurso do representante da Ancorensis na voz do Prof.º Avelino.

Sr. º Presidente da Assembleia Municipal, ficar-lhe-ia bem um pedido de desculpas a todos os intervenientes.

Terminando com o 3º ponto. Ontem foi tornado público que o Sr. º Presidente Dr.º Miguel Alves conseguiu uma “dupla vitória para o concelho”.

Ainda bem Sr. º Presidente Dr.º Miguel Alves, que conseguiu manter o ensino secundário em Vila Praia de Âncora.

Será a solução mais adequada?

Dar um bolo a uma e oferecer um cupcake a outra... Oxalá esteja enganada...

Mas como mãe existem alguns aspetos que me preocupam e de certeza que terei em conta quando inscrever o meu educando numa escola público.

O Sr. º Presidente diz que “ o Ministério da Educação iniciará, nos próximos dias, um investimento que se estima em 185 mil euros, para a substituição parcial de coberturas de fibrocimento, arranjos gerais das instalações e remodelação de espaços para montagem de laboratórios de física e biologia.

Ainda bem pelos nossos alunos, que se irá proceder à substituição da cobertura do edifício. Uma vez que a mesma já deveria de ter sido feita com base na Lei 2/2011, de 9 de fevereiro, onde a presente lei “visa estabelecer procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos públicos.”

Sr. º Presidente, substituição parcial, porquê? Todo o edifício tem estas ditas placas de fibrocimento.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à capacidade de a escola EB suportar todos os alunos do vale do Âncora, como foi dito na anterior assembleia pelo professor da escola pública, tendo 9 salas disponíveis, as mesmas são suficientes para estes alunos.

O refeitório/cozinha tem condições para suportar todos estes alunos? Penso que não.

Será que estão previstas obras no refeitório/cozinha?

Mas o mais preocupante, para mim, é a indiferença e despreocupação do Ministério da Educação e do Executivo, perante a diversidade de ciclos e idades no mesmo estabelecimento de ensino público.

Será que os relatórios enviados para a DREN, referiu devidamente essa disparidade de idades no mesmo espaço?

Esses relatórios saíram do agrupamento de escolas e do executivo.

Isto sim, é um assunto que realmente me preocupa, diferença de idades. Ninguém está a pensar nas nossas crianças, no seu bem-estar físico e psicológico.

Apetece-me utilizar a seguinte expressão: "Tudo ao molho e fé em Deus".

No que diz respeito à oferta/contraproposta que arranjou para a Ancorensis, será a mesma viável?

É concreto ou ainda está no papel?

Não poderia o governo comprar o edifício da Ancorensis?

A Ancorensis, Cooperativa de Ensino, não precisa dos 185mil euros para remodelações/substituições, pois o edifício está bem equipado, precisa dessa verba para manter as portas abertas, proporcionando aos nossos alunos um ensino de qualidade.

Sendo uma instituição que contribuiu, disponibilizou-se para combater a falta de oferta de ensino público durante anos, é lamentável a forma como lhe retiram as verbas.

Fui aluna da Ancorensis, e nela aprendi muito, desde o ensino às atividades extracurriculares que proporcionava aos alunos. Fui jogadora de futebol de 5, conquistamos vitórias, trouxemos medalhas e levamos o nome da Ancorensis e do Concelho de Caminha por este país fora, outros pelo mundo. Sentia-me em casa.



Assembleia Municipal de Caminha

Hoje estou ao lado da Ancorensis, na luta para que se mantenha com as portas abertas.

Os nossos alunos, a nossa população, a nossa freguesia também precisa da ANCORENSIS.”

A **Senhora Teresa Carvalho**, em representação da Associação de Pais das Escolas do Vale do Âncora, AEPAV saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“A minha intervenção na Assembleia Municipal de hoje irá centrar-se em três vertentes.

Primeira vertente do meu discurso será como cidadã portuguesa, munícipe do Conselho de Caminha e cidadã participativa no mesmo. Neste sentido, quero expressar o meu total desagrado relativamente à forma como decorreu a Assembleia Extraordinária do dia 9 de junho. Considero um verdadeiro atentado à liberdade de expressão, à Democracia o facto de alguns dos intervenientes inscritos não terem tido a oportunidade de exprimir as suas opiniões, as suas dúvidas, enquanto que outros intervenientes ultrapassaram largamente os dois minutos e trinta segundos estabelecidos por esta assembleia.

Sendo que a mesma tinha carácter extraordinário e se focava num único ponto: a perda do 7º e do 10º ano na Ancorensis, não faz sentido esta decisão, a qual se torna altamente castradora.

Mais repudio o terem interrompido uma jovem de 16 anos, aluna da Ancorensis, a qual foi impedida de concluir o seu discurso/opinião. Este foi um péssimo exemplo de cidadania, de comportamento exemplar a ser dado aos jovens de modo a passar valores de participação ativa e democrática, de pluralismo de expressão, quer pelo respeito, quer pela garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação de poderes.



Assembleia Municipal de Caminha

A segunda vertente do meu discurso assenta no meu papel de mãe e de encarregada de educação. Assim, passo a citar uma ideia fulcral acerca da educação, de um dos mais célebres intelectuais, advogado, pensador do Império Romano – Séneca: “A educação exige os maiores cuidados porque influi sobre toda a vida.”

Concordo profundamente e mais acrescento que estou altamente consternada/preocupada com a resolução tomada pelo Sr. Presidente Miguel Alves, em concertação com o Ministério da Educação, ao abrir turmas de nível secundário na EB1,2 de VPA pelas razões seguidamente apontadas:

- preocupa-me o facto de crianças do 1º, 2º, 3º, 4º anos conviverem com alunos do 12º ano – esta diversidade etária não promove a segurança, a tranquilidade, a saudável convivência entre diferentes faixas etárias;
- preocupa-me a estrutura física da EB 1,2 de Vila Praia de Âncora, a qual foi pensada e dimensionada para alunos de 5º e 6º anos;
- preocupa-me a suposta intervenção a ser feita em tempo record nesta escola e os problemas que daí advenham;
- preocupa-me o possível aumento do número de alunos por turma, de modo a reduzir por exemplo, 4 turmas de 5º ano para três e com esta medida se ganharem salas de aula para o 10º ano;
- preocupa-me se irão ser prestados “os maiores cuidados” à educação!!!!!!

Terceira vertente da minha intervenção como docente na escola com contrato de associação, Ancorensis Cooperativa de Ensino.

Relativamente a esta questão, considero “Histórico” não o assegurar do ensino secundário na escola pública de Vila Praia de Âncora pela Câmara Municipal de Caminha, antes a mesma assegurar a “Morte” da Ancorensis. Esta sim é uma decisão Histórica, em que nem a Associação de Pais do Vale de Âncora, nem a direção da Ancorensis foi ouvida antes defraudada, uma vez que o expectável e o prometido teria sido a manutenção do ensino secundário na Ancorensis Cooperativa de Ensino.



Assembleia Municipal de Caminha

Neste contexto, considero o Dr. Miguel Alves um “Presidente Histórico” e até proponho que o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, passe a chamar-se Agrupamento de Escolas Dr. Miguel Alves. Por que não até colocar um busto do Dr. Miguel Alves na escola sede em Caminha e uma estátua em VPA? Parece-me bem e muito adequado.

No que concerne às obras “flash” de melhoramento da EB1,2 de VPA e aos valores libertados – 185 mil euros, acrescidos de 3 milhões e quase 500 mil euros para a reabilitação da escola de Caminha, bem como toda a logística e infraestruturas envolventes, interrogo-me onde está afinal a preocupação de poupança de Estado Português?

Afinal o dinheiro público, pago pelos contribuintes já não é uma fonte de preocupação para os Srs. Governantes?

Porquê gastar dinheiro que não temos, se existe uma escola criada de raiz, com condições excelentes e capazes de satisfazer o meio/a comunidade.

Outra questão que me apoquento e me deixa sem palavras: Quem irá gerir e efetuar as obras? A Parque Escolar??? Com certeza, afinal o atual Governo aprovou a 14 de janeiro de 2016, a pequena exorbitância de 340 milhões de euros para a Parque Escolar.

Uma breve nota esclarecedora: a Parque Escolar foi criada em 2007, sob a tutela de Maria de Lurdes Rodrigues, ex-ministra de educação do ex-primeiro ministro de Portugal, engenheiro José Sócrates. Coincidências...

Em suma, é ou não a poupança o que motiva e preocupa os nossos governantes? Não me parece, meus Senhores!!! Parece-me que são tão somente questões ideológicas, bem como uma perseguição desmedida às escolas com contrato de associação que prestam serviço público de educação.

Mais, estas escolas custam ao estado 80.500 por oposição às do ensino público que rondam os 105.800.

Infelizmente, esta realidade é mascarada pela comunicação social através de campanhas de desinformação pública, que visam acabar com os contratos de



Assembleia Municipal de Caminha

associação e criar um fosso cada vez maior entre os que podem e os que não podem pagar.

Consequentemente, “fabricam-se” seres humanos não pensantes, autênticos “zombies” sem vontade ou opinião, sem ideais, e nada, mesmo nada pró-ativos e perseguidores dos seus sonhos, mas para quem “a educação é a arma mais poderosa que pode ser usada para mudar o mundo”, tal como afirmava o admirável humanista, perseguidor de ideais de justiça e ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela.

Posto isto meus Senhores, não desistam da qualidade da educação, preocupem-se com cada aluno de per si e não com caixas de alunos empacotadas em salas de aula e em escolas, aonde os números parecem ser o objetivo primordial da educação em Portugal.”

O **Senhor Presidente da Câmara**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e de seguida disse que foram ali colocadas três questões sendo uma delas no âmbito da condução dos trabalhos na última sessão da Assembleia Municipal a qual não se pronunciará uma vez que cabe ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se pronunciar se assim o entender, quanto à questão do Ensino Secundário e Ancorensis essa vai deixar para mais tarde responder no âmbito do debate que ali irá acontecer, uma vez que será mais enriquecedor se já todos os contributos tiverem sido dados na perspetiva e na previsão que esse tema já estará em cima da mesa no período antes da ordem do dia e mesmo que não haja nenhuma intervenção sobre este assunto, dará o seu esclarecimento sobre o tema. Quanto à questão da Quinta da Barrosa, disse o Senhor Presidente sobre a existência de projeto, que existe uma intenção e um projeto a ser preparado, porque, a população de Vila Praia de Âncora sempre aspirou para que houvesse uma intervenção séria naquele espaço e na verdade nada aconteceu nos últimos anos, nada se fez, pediu desculpa, apenas fizeram ao lado de um monumento nacional uma pista, um Skate Parque que tudo tem a ver



Assembleia Municipal de Caminha

com aquele monumento ligado ao megalítico, logo, de decisões errados tem que se passar á ação e a decisões acertadas, e aquilo que se fez, foi candidatar no âmbito de um programa de fundos comunitários que visa reabilitar o património cultural do Distrito de Viana do Castelo, conseguiu-se encontrar abertura para que em Vila Praia de Âncora se pudesse candidatar a obra relacionada de todo o roteiro no âmbito de megalitismo a nível distrital, ou seja, está-se a preparar a candidatura com a CIM Alto Minho, sendo este um projeto que visa salientar o roteiro do megalitismo em todo o Distrito e o qual vai ter uma estrutura física e um acompanhamento no Dolmen da Barrosa, e será lá o centro de esta temática, o que vai valorizar o espaço. Disse ainda o Senhor Presidente que ao lado está-se a preparar uma intervenção no âmbito do Orçamento Participativo, a qual será feita em conjunto com a outra intervenção, de limpeza de muros e etc., portanto, está-se a falar de uma candidatura e de um projeto que estão em andamento para se poder avançar com a intervenção, o que não invalida que se esteja parado, e para isso existem uma série de atividades que pretendem chamar á atenção sobre aquele espaço, e desse modo a Câmara Municipal em conjunto com outras instituições está a preparar, salientando o concerto que está a ser preparado para a celebração de Gontinhães a Vila, o qual envolve o Orfeão de Vila Praia de Âncora, a Orquestra do Norte, onde vai levar centenas de pessoas aquele espaço durante a noite, o qual irá acontecer para valorização do espaço e para demonstrar a todos que é possível dignificar o espaço, mesmo apesar de não se terem iniciado as obras, porque ainda existe a questão dos proprietários, logo, foi colocada a questão aos proprietários para que autorizassem a intervenção, e estes autorizaram, e o porquê dessa autorização?, porque se tem mantido um dialogo para se resolver um problema de décadas junto ao Dolmen da Barrosa. E disse ainda o Senhor Presidente que este problema foi-se arrastando por sucessivos executivos sem que fosse resolvido, o qual, era pagar aos herdeiros dos proprietários dos terrenos aquilo que lhes era devido em termos indemnizatórios, nunca ninguém o fez, e agora este executivo está a resolver esse problema, referindo o Senhor Presidente que este executivo assumiu desde sempre agir como pessoa de bem, pagar a



Assembleia Municipal de Caminha

quem se deve e sobretudo assumir os compromissos que outros executivos assumiram, mas, não honraram, referindo ainda o Senhor Presidente que como todos sabem este executivo já pagou indemnizações a trabalhadores que tiveram uma tentativa de despedimento ilegal e que por isso colocaram um processo sobre a Câmara, a qual foi condenada a pagar indemnizações, mas, as quais já foram pagas, disse ainda o Senhor Presidente que também estão a cumprir com o pagamento do relvado sintético do Campo do Âncora Praia que colocava em cheque a Câmara Municipal sobre uma ação judicial, disse ainda, que também estão a cumprir sobre uma sentença do tribunal transitada em julgada que obriga a Câmara Municipal a pagar meio milhão de euros aos herdeiros do Dr.º Dionísio Marques pelo facto de a Câmara não ter pago rendas devidas anos a fio onerando hoje o Município em meio milhão de euros e na obrigatoriedade de ter que arranjar o espaço do edificado devolvendo-o ao proprietário como no original, o qual também se cumpriu e já foram entregues as chaves, deste modo, continuasse a trabalhar com muitas dificuldades para se cumprir com os compromissos que foram assumidos ao longo dos anos. Disse ainda o Senhor Presidente que os proprietários do Dolmen da Barrosa autorizam esta intervenção não só porque valoriza aquele espaço, mas também, porque este executivo já pagou metade da indemnização que outros executivos não pagaram, e foram pagos 120 mil euros aos herdeiros dos proprietários do Dolmen da Barrosa, e os 120 mil euros remanescentes serão pagos no primeiro trimestre do próximo ano.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- E-mail do Grupo Parlamentar os Verdes, a dar conhecimento que José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, apresentaram na passada sexta-feira dia 29 de abril,



Assembleia Municipal de Caminha

na Assembleia da República um projeto de resolução, que visa “a melhoria da cobertura e alargamento da oferta de serviços de programas na televisão digital terrestre” e que a discussão desta iniciativa legislativa, em plenário da Assembleia da República, está agendada para o próximo dia 6 de maio, sexta-feira.

- E-mail do Senhor Luiz Quarteu a agradecer o interesse e o apoio manifestado na discussão das alterações dos critérios do Fundo Geral Municipal, que teve lugar no passado dia 18 de março, na Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira.
- Carta Aberta à Assembleia Municipal de Caminha no seguimento da moção aprovada na última sessão de 22 de abril a qual rejeita a aplicação da legislação sobre o Estatuto do Ensino Privado e Cooperativo.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República: “Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)”
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do VOTO apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República: “Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)”
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do Projeto de Lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP: “Interdita o uso do território incluído na REN e RAN a projetos imobiliários dos projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) que não respeitem os critérios e fins da sua classificação
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento dos pontos rejeitados 1 e 3 do Voto n.º 76/XIII-1.ª apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP “Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)”, em resultado do posicionamento assumido por PS, PSD e CDS e merecido a aprovação por parte dos Grupos Parlamentares –



Assembleia Municipal de Caminha

PCP, PEV, BE e PAN. O ponto 2 foi aprovado com os votos de PCP, PEV, BE, PAN e PS, tendo os Grupos Parlamentares do PSD e CDS votado contra.

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do Projeto de Lei, entregue pelo PCP na Assembleia da República que «Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde».
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do Projeto de Lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP: “Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias”.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do seguinte Projeto de Lei: - “Garante o acesso universal e a emissão de todos os canais de serviço público de televisão através da Televisão Digital Terrestre (TDT)”.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da receção da seguinte Moção: - “25 de Abril e 1º de Maio”.
- E-mail do Grupo Parlamentar do CDS/PP, a dar conhecimento da receção da seguinte Moção: - “25 de Abril e 1º de Maio”.
- E-mail do Grupo Parlamentar os Verdes, a dar conhecimento da Audição Pública Parlamentar “Propostas e estratégias de combate ao desperdício alimentar”
- E-mail da Assembleia Municipal de Anadia a dar conhecimento de Moção de repúdio às disposições constantes no Despacho Normativo n.º1-H/2016 no tocante à liberdade de matrícula dos alunos nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação, aprovada por unanimidade
- Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata a dar conhecimento da receção da Moção: “Em 2013, o governo PSD/CDS promoveu a revisão do Estatuto do Ensino Privado e Cooperativo, através do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, que veio criar um novo enquadramento para a celebração de contratos de associação entre cada escola privada e cooperativa e o Ministério da Educação.”



Assembleia Municipal de Caminha

- E-mail do Grupo Parlamentar os Verdes, a dar conhecimento receção da seguinte Moção:” Em 2013, o governo PSD/CDS promoveu a revisão do Estatuto do Ensino Privado e Cooperativo, através do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, que veio criar um novo enquadramento para a celebração de contratos de associação entre cada escola privada e cooperativa e o Ministério da Educação.”
- E-mail da Diretora de Serviços de Ordenamento do Território, Dr.ª Maria Cristina Guimarães, a convocar a 2.ª reunião plenária da Revisão do PDM de Caminha para o dia 07 de julho.

O **Senhor Deputado Luciano Amorim**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social e de seguida apresentou um voto de louvor:

“Homenagem e Reconhecimento;

O PSD propõe que seja aprovado nesta Assembleia um voto de louvor ao jovem Ricardo Jorge da Silva Campelo, pelo seu ato heroico no salvamento de sete jovens, no dia 8 de junho, na praia de Vila Praia de Âncora, quando estes se encontravam em risco de afogamento.

Este jovem Ancorense, arriscando a sua própria vida, salvou os sete jovens de um desfecho trágico.

Pela coragem e pela bravura preste-se assim a devida e reconhecida homenagem a este jovem.

A Assembleia Municipal de Caminha deverá dar conhecimento a Ricardo Jorge da Silva Campelo, do reconhecimento, louvor e homenagem feitos neste órgão.”

A **Senhora Deputada Liliana Gomes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social e de seguida apresentou um voto de louvor:



Assembleia Municipal de Caminha

“Considerando que ao longo destes cinco séculos, a Santa Casa da Misericórdia de Caminha, tem dado um louvável contributo à sociedade caminhense no que diz respeito às áreas sociais, nomeadamente no apoio à infância, no apoio às pessoas idosas, no apoio à integração social e comunitária, na promoção da educação, na promoção da formação e do empreendedorismo;

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Caminha tem sido um exemplo vivo na salvaguarda e defesa dos seus valores patrimoniais culturais e artísticos, que enaltecem o património material e imaterial do município caminhense; Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Caminha, completa no corrente ano 500 anos da sua fundação, decorrendo as cerimónias comemorativas no próximo sábado, dia 02 de julho; Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Caminha tem sido, com mérito reconhecido por todos nós, uma mão que se estende à 500 anos;

Propomos à Ex.ma Assembleia Municipal de Caminha que aprove um voto de louvor à Santa Casa da Misericórdia de Caminha em reconhecimento dos considerandos acima referidos.”

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação os votos de louvor apresentados os quais foram aprovados por unanimidade.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:



Assembleia Municipal de Caminha

“Senhor Presidente da Câmara Dr. Miguel Alves, hoje não tinha previsto fazer esta intervenção, mas como foi um dia menos bom para mim e para o resto do meu executivo, venho mais uma vez numa Assembleia Municipal alertar para várias situações que preocupam muitos, mas muitos, Ancorenses.

São já muitas as reclamações, e algumas com palavras menos apropriados, como foi o caso de hoje em, que alguns Ancorenses se dirigiram a nós junta como se fôssemos os responsáveis dos problemas que estão a decorrer em Vila Praia de Ancora.

Em primeiro lugar falo sobre a falta de limpeza em todas as ruas que estão a cargo da nova empresa Luságua.

As ervas são visíveis, parques de estacionamento e em todos os cantos da vila, os Ancorenses e quem nos costuma visitar não têm memória de verem a nossa terra nestas condições.

Posso dizer que já mandei os funcionários da Junta limpar algumas das ruas que são da responsabilidade da empresa, por ter vergonha de passar nelas e ver o estado em que se encontravam.

Segunda questão, limpeza da nossa praia.

Apos várias reclamações sobre a fraca limpeza da nossa praia, pude verificar, no passado domingo, que a praia precisa de uma limpeza de crivação de areia.

Pois, quem anda a passear pela Avenida e olha para a praia não consegue notar a quantidade de lixo miúdo que está misturado com a areia.

A Terceira questão está relacionada com os trabalhos das valas após colocação das infraestruturas para o gás natural.

Sr. Presidente estamos na época balnear, época que todos os Ancorenses aguardavam com muita expectativa, e continuamos a ver que alguns lugares da vila, continuam a ter valas ainda não repostas, temos cascalho espalhado nas vias, valas com falta de material, originando dores de cabeça para os moradores e automobilistas, temos nuvens de pó provocadas pelos trabalhos mal-acabados, temos estaleiro de terras sobrantes no largo da Estação.



Assembleia Municipal de Caminha

Passeios que foram intervencionados em que a reposição do material existente, ou seja, o (Mecá), está muito mal colocado, assim como valas que foram sujeitas a reposição do piso e que estão, neste momento, com grandes abatimentos.

Ruas em que os trabalhos foram simplesmente abandonados, falo da rua da Vista Alegre que por acaso é a rua onde moro.

Esta rua encontra-se num estado miserável. Posso dizer que, mesmo em frente à minha porta, ocuparam um parque de estacionamento para estaleiros e já vão perto de dois meses que está ocupado com grades, sinais e uma barraca de chapa e não aparece lá ninguém.

Já não falando da falta de material nas valas e do cascalho solto na estrada, assim como das ervas que crescem na zona das valas.

Todos estes problemas, não é por falta de aviso que não são solucionados. Quase todos os dias tenho telefonado para o responsável dos trabalhos relacionados com a colocação das infraestruturas para o gás natural a dar conhecimento destes assuntos.

Minhas Senhoras e meus Senhores, quero aqui deixar bem esclarecido que a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora não é responsável por estes assuntos que acabei de frisar, no entanto, estamos e estaremos sempre, como o temos feito até hoje, empenhados na resolução dos mesmos e o mais rapidamente possível.

Antes de terminar aproveito para deixar um conselho ao meu colega e amigo Sr. Presidente da União de freguesias de Caminha e Vilarelho, para que não se deixe convencer pelos diversos empreiteiros que irão brevemente efetuar trabalhos de abertura de valas para as infraestruturas do gás natural nas suas freguesias.

Sr. Presidente, este Senhores antes de iniciarem as obras prometem tudo e mais alguma coisa. Tudo irá ficar muito melhor do que estava, reposição das valas e passeios, limpezas finais, enfim nada de preocupações que eles é que são os melhores.

Mais lhe digo caro colega esses Senhores irão pedir-lhe zonas onde podem fazer os estaleiros e depósitos de materiais sobrantes das valas, tenha cuidado, porque



Assembleia Municipal de Caminha

esses locais ficam completamente modificados para pior com as máquinas e camiões que lá trabalham.”

O **Senhor Deputado José Luis de Lima**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Percorrendo as freguesias do nosso concelho, é com alguma apreensão que vemos sinais preocupantes de acumulação de lixo nos contentores e papeleiras, aos fins de semana, coisa que num passado recente não acontecia.

Fiquei a saber que a atual empresa de recolha e limpeza, não trabalha ao fim de semana, porventura por isso apresentou uma proposta inferior, mas a ser assim, é minha opinião que o Concelho sai prejudicado na sua imagem de higiene e salubridade, que era aquilo a que nos estávamos a habituar.

Não sei se há monitorização, mas sei que há descontentamento, e é nosso dever trazer a esta assembleia as preocupações dos munícipes e dos visitantes, porque um concelho com bons indicadores, é sempre uma referência, e nós precisamos muito, muito mesmo, que não sejam desperdiçados os ganhos de imagem que ditaram Caminha como sendo um Concelho com qualidade de vida, como o foi amplamente divulgado no passado.

Fica aqui o alerta de que no período do verão há mais pressão humana que em especial nas zonas de praia; deve haver alertas para o excesso de lixo junto dos contentores e das papeleiras que são usadas como caixotes do lixo, evitando-se situações desagradáveis.

Mas se a questão ambiental com impacto negativo, que o acumular de lixos ou a falta de limpeza ao fim de semana, está a preocupar a população também não é menos verdade que na iluminação pública, se nota que se oscila entre o deixa andar, pois deixou-se de reduzir o numero de postes, que a partir de uma certa hora se desligaram, para o que agora foi feito, apenas em Caminha, de colocar uma iluminação led que terá ficado aquém das expectativas, pois foi circunscrita a



Assembleia Municipal de Caminha

algumas ruas, o que diminuiu a luminosidade, deixou pelo meio ligados elementos antigos, como os que estão colocados nos pisos e há até zonas, como as frontais ao novo edifício da Câmara, que parecem estar às escuras.

A questão da iluminação e a necessidade de existência de um Plano de Iluminação que valorize o centro histórico de Caminha é fundamental para não nos depararmos com a manifesta falta de luz.

Qualquer Centro Histórico utiliza a iluminação pública como ferramenta para promover monumentos e locais de acordo com as suas idiossincrasias. O que foi feito no Centro histórico de Caminha é inadmissível.

Aceitamos como relevante a poupança económica subjacente, mas não podemos aceitar que se tenham colocado luminárias diferentes de umas ruas para as outras como se isto se tratasse de um circo e para agravar colocaram só iluminação de um dos lados das ruas o que faz com que alguns locais específicos fiquem praticamente às escuras, como é o caso da Rua de São João e da praça Calouste Gulbenkian.

Esperamos que este executivo tenha em atenção estas questões e se lembre de efetuar um plano credível e aceitável para a iluminação do Centro Histórico e que rapidamente proceda à correção da falta de iluminação das ruas já designadas.

Para terminar, gostaria de saber a razão pela qual a Rua da Corredoura teve vários dias a luz completamente apagada, o que por si só poderia ter sido propiciador de falta de segurança e pouco dignificante para uma das artérias mais movimentadas do Centro Histórico.”

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Quem está descontente consigo mesmo está sempre descontente com os outros. Assim é o PSD!

O PSD está descontente com a sua atuação e com a sua política oca e por isso:



Assembleia Municipal de Caminha

Está descontente com a realização do Festival de Vilar de Mouros;

Está descontente com a programação cultural do concelho;

Está descontente com o Rally de Portugal;

Está descontente com a meia maratona SunSet;

Está descontente pela solução encontrada para a área educativa para Vila Praia de Âncora;

Está descontente, descontente está e nada faz e nada diz para contribuir para um melhor concelho.

Infelizmente o PSD ainda não se apercebeu que quem está descontente com ele é o povo do concelho de Caminha.

Falemos primeiramente da Associação Cultural Krisálida.

Esta Associação em parceria com a Câmara Municipal voltou a levar às nossas freguesias Cultura. Esta associação deslocou-se às 14 freguesias do concelho representando para mais de meio milhar de espectadores.

Criaram-se oficinas de teatro para crianças e para adultos e promoveu-se a colaboração com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Promoveu-se parcerias com juntas de freguesia e com instituições do concelho.

Como dizia Fernando Pessoa "Cultura não é ler muito, nem saber muito; é conhecer muito" e que melhor forma há de conhecer cultura do que leva-la para juntos dos cidadãos?

Que melhor forma há do que envolver a comunidade num projeto cultural? Que melhor forma há do que ensinar cultura aqueles que mais longe dela estão?

Senhor Presidente em boa hora celebrou este protocolo com a Krisálida. Porque cultura nunca é de mais!

Mas, como disse na minha última intervenção, a cultura é feita de tradições, de vivências, de ritos de rituais, de mitos e claro está... falar de cultura no nosso concelho é também falar do nosso Festival de Vilar de Mouros.

O Vilar de Mouros aquele festival que o PSD sempre apelidou de fiasco, de morto à nascença, de incompetente e de falta de estrutura para se afirmar a nível nacional.



Assembleia Municipal de Caminha

O Vilar de Mouros que o PSD tentou sepultar, está vivo, rejuvenescido, com força, com dinâmica e chegou para ficar.

Por muito que doa a alguns dos senhores deputados sociais-democratas, este ano teremos novamente uma Edição do Festival de Vilar de Mouros. Um festival querido por todos os Vilarmourenses, por todos os caminhenses, pelo Executivo, pelo PS, pela CDU, menos pelo PSD.

Enquanto o Sr. Deputado Rui Taxa dizia que o Sr. Presidente era uma criança, imaturo e que não sabia resolver os problemas do concelho, este autarca socialista estava firmemente a trabalhar para que o nosso Festival fosse uma realidade, como hoje o é.

Na rua toda a população fala da excelência dos grupos confirmados. Está de parabéns Sr. Presidente. Enquanto uns deliram na fantasia, o Sr. Presidente age na realidade.

Mas não se pode falar de cultura sem falarmos de turismo.

E, no passado mês, Caminha recebeu mais uma edição do Rally de Portugal.

Novamente contra as posições de alguns deputados do PSD (que agoiraram esta iniciativa) o Executivo empenhou-se fortemente para que Caminha estivesse novamente no centro do mundo do desporto automóvel.

Todos vimos a forma como o concelho se transformou. O concelho foi inundado de gente de todos os cantos do mundo.

O investimento que se fez para a realização do Rally é um investimento com alta capacidade de retorno. Retorno esse direto e indireto.

O nosso Concelho passou pelas televisões de todo o mundo, as paisagens únicas do concelho, o verde da nossa serra, o azul dos nossos rios e do nosso mar passaram além-fronteiras. O Rally de Portugal por nossas terras foi ainda pretexto para a conhecida marca de automóveis Volkswagen realizar um filme documentário aproveitando as nossas paisagens únicas, potenciando assim, ainda mais, o nosso território.

Mas para o executivo não bastava sermos reconhecidos internacionalmente. E tanto assim foi que conseguiram atrair para Caminha a única FunZone do Distrito.



Assembleia Municipal de Caminha

E o investimento que se fez na limpeza e na consolidação dos caminhos florestais são ao mesmo tempo um investimento no turismo, um investimento no bem-estar da população e um investimento na prevenção de incêndios florestais.

O Rally de Portugal teve o seu expoente máximo no concelho de Caminha, que contou com a presença do Sr. Secretário de Estado da Juventude e do Desporto que muito elogiou a organização e a autarquia de Caminha em particular.

Todos os governantes elogiam o trabalho desempenhado pelo atual executivo (governantes de hoje e de ontem); todos os parceiros culturais e desportivos elogiam a forma profissional e dedicada com que o nosso executivo atua; toda a população vê que o Concelho de Caminha se elevou para um patamar de excelência e de reconhecido mérito, graças à atuação e perseverança do atual executivo.

Resta-me assim concluir, Sr. Presidente, que o pior cego é aquele que não quer ver. E o PSD nada quer ver, porque nada tem para melhorar.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“É hoje do conhecimento público que Vila Praia de Âncora e o vale do Âncora terão disponibilidade de oferta de todos os ciclos de ensino básico e secundário, algo que sempre foi defendido pela CDU.

O Ministério da Educação vem com esta nova decisão apresentar três pontos que nos parecem essenciais para a análise política:

1. reconhecer a importância do núcleo populacional de Vila Praia de Âncora e do vale do Âncora, aparentemente esquecido na decisão anterior;
2. afirmar a justiça das tomadas de posição de todas as forças políticas representadas nesta assembleia que, independentemente das argumentações, sempre defenderam, todas elas, esta disponibilidade em Vila Praia de Âncora e no vale do Âncora;



Assembleia Municipal de Caminha

3. assumir o erro do estudo de "Avaliação da rede de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação", que, tal como a CDU afirmou em assembleia municipal extraordinária de 9 de junho, em Vila Praia de Âncora, contrariava a nossa posição ao nível do ensino secundário.

E a análise a este último ponto parece-nos essencial, porque ele prova que não há decisões irrevogáveis, que o diálogo e a argumentação negocial são o único instrumento capaz de reverter decisões que prejudicam as populações, ao contrário da agitação emotiva e do ataque pessoal, e fica também claro que apesar de não ter estado nas nossas competências decidir, mas tão só mandar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha para evitar aquilo que com a decisão anterior significava uma perda histórica para Vila Praia de Âncora, e repito, que apesar de não ter estado nas nossas competências decidir sobre decisões do Governo, as deliberações desta Assembleia foram importantes para alertar o Governo para a enorme injustiça que se estava a praticar em Vila Praia de Âncora. Termos mandado o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha foi por isso acertado, no sentido em que foi evidente a sua ação negocial, num contexto de pós decisão governamental.

Neste aspeto, consideramos, a democracia representativa no concelho de Caminha, visível nesta assembleia, mesmo que por vezes se queira impor a arbitrariedade sob a bandeira da democracia direta, avessa às regras e anárquica, mas dizia, que a democracia representativa no concelho de Caminha teve, no seu espaço de intervenção, resultados. E isto deve servir de reflexão para percebermos os limites da partidarização, sendo uma responsabilidade dos partidos garantir esses limites, não se sobrepondo a agenda partidária ao espaço de domínio das instituições. Porque, insistimos, nem tudo pode servir para os percursos eleitorais.

Mas o bom exemplo do exercício político da democracia representativa não significa que a solução encontrada reflita, em substância, a vontade de toda a assembleia, o que é natural, mais até porque, compreendemos, nunca sobre esta solução fomos chamados a emitir qualquer opinião. Esta solução é um dado novo,



Assembleia Municipal de Caminha

diferente do que aqui foi discutido em sessões anteriores. Recordamos que em boa verdade o Governo sustentou a sua decisão anterior num estudo que assumia capacidade pública instalada para o 3º Ciclo em Vila Praia de Âncora e enviava o ensino secundário para Caminha, o que nos fez discordar desse ponto. Agora torna-se evidente que a solução já não se sustenta no estudo, porque este ignorou as justas pretensões das populações em não precisar de levar os seus alunos para fora de Vila Praia de Âncora e do seu território educativo, mas atende objetivamente a essa mesma pretensão popular, dando-lhe resposta positiva.

Importa agora então colocar questões às quais devem ser dadas respostas, tão claras quanto possível, porque delas dependem populares por nós representados. Assim:

1. Na perspetiva dos pais e encarregados de educação, as soluções educativas devem garantir todo o percurso, sem atropelos. A solução encontrada garante durabilidade, estabilidade e capacidade física para todos os ciclos de ensino para o futuro, afastando cabalmente a possibilidade de vir a cair alguma oferta educativa, mesmo existindo alunos de Vila Praia de Âncora e do vale do Âncora? Mais, Vila Praia de Âncora dispunha de três Cursos Científico-Humanísticos, que com Caminha asseguravam toda a oferta de cursos Científico-Humanísticos no município. É necessário, por isso, sensibilizar o Ministério para a manutenção desta oferta, havendo número mínimo de alunos.
2. Na perspetiva institucional, está o município disponível e com capacidade para apoiar a Ancorensis Cooperativa de Ensino no imenso esforço de reajuste que sofrerá, procurando minorar os impactos sociais e laborais resultantes desta adaptação? Para esta questão é importante que o município seja motor de garantia para que as transferências de verba, por exemplo no que respeita ao programa Qualifica, correspondam, em tempo útil, às necessidades da instituição.
3. Ainda no plano institucional, está prevista alguma estratégia protecionista para a afirmação do Qualifica a sediar na Ancorensis Cooperativa de Ensino?
4. Também no domínio institucional, está a Câmara Municipal de Caminha disponível para, numa base de negociação cooperativa, em conjunto com a



Assembleia Municipal de Caminha

Ancorensis Cooperativa de Ensino e outras entidades, encontrar outras soluções de rentabilização da capacidade das instalações desta cooperativa e dos seus recursos, no mais curto espaço de tempo, respeitando, logicamente, a vontade da própria Ancorensis, proprietária das instalações?

5. Por fim, a questão que agora nos parece mais importante, uma vez que a população de Vila Praia de Âncora e do vale do Âncora está já atendida na garantia de todo o ensino básico e secundário nesta vila. Referimo-nos aos trabalhadores docentes e não docentes, suficientemente enraizados na nossa comunidade, participantes ativos do reconhecido trabalho realizado na Ancorensis, nas suas diversas valências. Nos processos negociais estabelecidos com o Ministério da Educação foi esta questão tratada? Sabendo desde já que a Ancorensis no seu reajustamento poderá dispensar trabalhadores, há alguma estratégia, de curto prazo, de valorização da experiência de trabalho nesta, e com esta, comunidade educativa, capaz de aproveitar estes recursos humanos?

Saiba V. Exa., Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha, que numa visão partidária radical, apelativa das emoções, seria hoje mais fácil criticá-lo por não ter servido as populações dos vales do Âncora e do Coura-Minho; seria hoje mais fácil acusá-lo de cavar um fosso entre vales, entre populações, entre sistema público e privado; seria eleitoralmente mais fácil fazer soar os sinos da incapacidade negocial e da agressão às vontades locais. Felizmente para o município de Caminha e para o vale do Âncora teremos que optar pelo difícil e pelo silêncio dos sinos. Mas saiba também, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha, que, apesar disso, a CDU será uma força atenta ao cumprimento da solução apresentada, e às respostas às questões por nós levantadas.

Finalmente, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Caminha, cumpre-nos dar nota de desagrado pelo sucedido na última assembleia municipal extraordinária porquanto fomos, todos os membros, ofendidos de forma deliberada. E a esse respeito recordamos-lhe, Sr. Presidente, que em reunião ordinária de 28/04/2008, sob a presidência do eleito pelo PSD Sr. Abílio Silva, proferiu, um então Sr. Presidente de Junta de uma freguesia do vale do Âncora, palavras de



Assembleia Municipal de Caminha

teor semelhante ao que ouvimos em Vila Praia de Âncora, relativamente a um só eleito municipal, por sinal do Partido Socialista. De imediato, e honra seja feita, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Caminha de então interrompeu a intervenção, para avisar o interventor, e passo a citar, "de que deveria retirar as afirmações proferidas e não produzir considerações menos próprias acerca dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal". Portanto, Sr. Presidente, era esperado de V. Exa. a imediata exigência de retirada da ofensa feita, reservando-nos para a discussão da ata da respetiva sessão o aprofundamento da questão. Terminamos com uma nota de agrado. O concelho de Caminha tem agora mais uma praia classificada. Trata-se da praia fluvial das Azenhas em Vilar de Mouros, uma reivindicação antiga da CDU mas que só agora foi conseguida, e tanto quanto sabemos, fruto do empenho pessoal do vereador Guilherme Lagido, vice presidente da Câmara Municipal de Caminha."

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

"Foi uma vergonha o que se passou na Assembleia Municipal Extraordinária realizada em 09-06-2016 em Vila Praia de Âncora, em que esteve em discussão o futuro da Ancorensis-Cooperativa de Ensino.

E foi uma vergonha porque o Sr. Presidente desta Assembleia Municipal, e depois a própria Assembleia através do seu voto, impediram que os inscritos no "Período de Intervenção do Público" tivessem mais que dois minutos e meio para efetuarem as suas intervenções.

E, ao atuarem desta forma, limitaram a liberdade de expressão individual de cada um dos inscritos.

Ao atuarem desta forma contribuíram de forma deliberada para o mau ambiente em que decorreu esta Assembleia e condicionaram pela negativa o seu funcionamento



Assembleia Municipal de Caminha

Foi uma vergonha mandar calar e sentar, uma aluna da Ancorensis de 15 anos de idade, quando esta atingiu o tempo limite dos 2,5 minutos da sua intervenção.

Foi uma vergonha, mandar desligar o microfone ao Dr. Manuel Marques, quatro vezes eleito consecutivamente Presidente da Junta de Freguesia de V. P. de Âncora, quando este pretendeu acabar a sua intervenção.

Foi uma vergonha, não terem permitido que o Prof. Avelino Meira de Oliveira, representante da Direção da Ancorensis-Cooperativo de Ensino nesta As. Municipal Extraordinária, tivesse o tempo e a tranquilidade necessária para ler e apresentar a sua intervenção.

Foi uma vergonha verificar, que os membros eleitos do PS e da CDU desta Assembleia, que se apresentam como os grandes e pretensos “arautos” e defensores das liberdades conquistadas em Abril de 74, colocam em primeiro o “funcionamento da geringonça” colocam em primeiro lugar os seus interesses políticos, em vez de defenderem a liberdade de expressão e sobretudo em vez de defenderem em primeiro lugar os verdadeiros interesses do Concelho de Caminha. Muda o interesse e a posição política conforme o cargo e o momento político. Se fosse há uns anos, quando exerciam cargos diretivos, eventualmente a posição de alguns membros da CDU, seria outra, quer no que respeita ao público poder usar da palavra, quer na defesa dos interesses da Ancorensis e na defesa do ensino privado.

V. Exas. ao não permitirem que o público inscrito falasse por mais que 2,5 minutos, limitaram a liberdade de expressão.

V. Exas. calaram os Ancorenses.

V. Exas traíram o espírito da Revolução de 25 de Abril de 1974.

V. Exas. que tanto gostam de encarnar, qual atores, o papel de verdadeiros democratas, quer de cantar a “Grândola Vila Morena” em noite de vitória autárquica, em noite de suposta liberdade conquistada pelo voto popular, rapidamente esquecem tudo desde que os vossos interesses e agenda políticos sejam atingidos.



Assembleia Municipal de Caminha

Esta vossa atitude, não passa de pura hipocrisia política! Olha para o que digo e canto, não olhes para o que faço!

Por isso não foi de estranhar vermos pessoas a abandonarem a As. Municipal gritando o seu desagrado, desapontamento e decepção!

Por isso não foi de estranhar assistir ao veemente e corajoso protesto do Pres. da Assembleia de Freguesia de V. P. de Âncora ao afirmar e cito: "eu também sou autarca e sinto-me envergonhado com aquilo que se está a passar hoje. Afinal, ao contrário do que seria de esperar, não podemos contar convosco, para podermos intervir como sociedade. Como tal eu descobri, surpreendentemente, que neste plenário o partido político mais representado é a carneirete, simplesmente lamentável".

Por isso não foi de estranhar assistir ao protesto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de V. P. Âncora que chocado com tudo o que se passava usou da palavra para afirmar que a manter-se esta situação, não mais celebraria o 25 de Abril em Vila Praia de Âncora.

Foi lamentável constatar, depois da intervenção do Sr. Presidente da Câmara de Caminha, ficarmos a saber que após tantas reuniões e inúmeros contactos que efetuou, a sua única preocupação fosse garantir obras na Escola EB do Vale do Âncora como de forma a absorver as turmas do 3º Ciclo da Ancorensis e com isso ditar a morte da Ancorensis.

Ficámos também a saber que não obstante a sua proximidade política ao primeiro-ministro e ao ministro da Educação, e a um contexto político único: mesma cor partidária no governo e na Câmara, Caminha não retira disso qualquer benefício. O Presidente da Câmara não tem qualquer influencia política nas decisões e é mesmo ultrapassado, vindo a saber das decisões, como todos nós através da comunicação social.

Resta saber se não tem ou não quer ter, porque prioriza os interesses do Partido e o funcionamento da geringonça, é que todos nesta assembleia ficámos com a plena certeza de que tudo estava previamente combinado entre o Ministério da



Assembleia Municipal de Caminha

Educação, a Câmara de Caminha e as Escolas EB's do Concelho, para que tudo se fizesse com o menor ruído possível.

Encerrar a Ancorensis sem perder votos.

Destruir o ensino no Vale do Ancora sem perder votos.

Mandar para o desemprego, e ainda querer capitalizar politicamente prometendo emprego a todos, como fez com os postos de trabalho prometidos para o Continente que ao fim de seis meses estavam na rua e outra vez desempregados.

Por isso não vos interessava discutir este assunto publicamente.

Por isso se remeteram ao silêncio, esperando "passar por entre os pingos da chuva" e não serem penalizados pela opinião popular.

Foi lamentável constatar que o Sr. Presidente Miguel Alves, afinal de contas, não personifica o autarca interessado na defesa dos interesses do nosso Concelho, mas veste sempre e em primeiro lugar a pele dos interesses do seu partido e fá-lo tão veementemente que até ameaça!

Quando confrontado com a crítica legítima dos que foram eleitos como o Senhor e que o confrontam com a inércia e o silêncio do responsável do pelouro da educação e do seu Vice-Presidente e lhe faltam argumentos o que faz? Ameaça! Aliás esta foi uma frase por si escolhida que lhe encaixa como uma luva na sua atitude pretensamente liberal e democrática: quem se mete com o PS leva".

Esta frase aliás personifica bem o que representa para si o Concelho de Caminha: um trampolim naquilo que verdadeiramente valoriza: a sua carreira político-partidária!

Já aqui afirmei uma vez e pelos vistos vou ter que o dizer outra vez. E mais uma vez olhos nos olhos!

Não tenho medo das vossa ameaças.

Nenhum de vós com os vossos discursos intimidatórios me mete medo, ou intimida. Pelo contrário, as vossas ameaças são um incentivo para que continue a denunciar a vossa "narrativa socialista" a vossa "democracia", que tão distante está da democracia conquistada em 25 de Abril de 74.

Viva a Liberdade! Viva a liberdade de expressão!



Assembleia Municipal de Caminha

25 de Abril sempre!"

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

"Penso que não será errado dizer que o Concelho de Caminha está de parabéns. O Concelho e mais particularmente Vila Praia de Âncora.

O executivo que lidera a Câmara Municipal de Caminha anunciou ontem as boas notícias:

Apesar das acusações proferidas, e após um trabalho intenso e complexo, desenvolvido em conjunto pela Câmara Municipal de Caminha e pelos Membros do Governo com a tutela da área da Educação, foi possível assegurar a manutenção do Ensino Secundário no Vale do Âncora.

A luta de gerações de Ancorenses teve agora o seu desfecho, finalmente teremos a Escola Secundária de Vila Praia de Âncora!

De facto, na sequência da moção aprovada na Assembleia Municipal extraordinária que se realizou em Vila Praia de Âncora e dos diversos contactos mantidos pela Câmara Municipal, com a tutela foi determinada a abertura do 10.º ano, no próximo ano letivo, na Escola Básica de Vila Praia de Âncora, iniciando-se, assim, o ciclo de estudos do ensino secundário que culminará, nos próximos três anos, com a disponibilização, à comunidade servida por esta Escola, de uma oferta de ensino regular completa.

Esta decisão só foi possível porque foi reconhecido o esforço do Município na área da educação e o excelente trabalho do Agrupamento que, com esta decisão, passará a integrar duas escolas de qualidade com ensino secundário.

Duas Secundárias num só Concelho!

Irão iniciar-se, nos próximos dias, obras, num investimento que se estima em 185.000,00 euros sendo estimado que os trabalhos fiquem concluídos antes da abertura do próximo ano escolar.



Assembleia Municipal de Caminha

Paralelamente, e contrariamente ao que alguns queriam fazer crer, a Câmara Municipal não foi indiferente às dificuldades dos professores e funcionários da Ancorensis! Ficamos, pois, a saber que prosseguem os trabalhos de articulação entre o Município de Caminha e o Ministério da Educação, visando a instalação de um "Centro Qualifica" no Vale do Âncora, e que possibilitará à Cooperativa de Ensino Ancorensis, se esta entender, aderir a esta possibilidade, diversificar a sua oferta formativa e fontes de financiamento. Esta é a oportunidade que a autarquia coloca ao dispor da Ancorensis para se reformar e apontar novos caminhos.

Esta é a oportunidade que a Câmara Municipal de Caminha, liderada pelo socialista Miguel Alves conseguiu para a Ancorensis contrariamente ao que se passou entre 2011 e 2013 quando foram despedidas cerca de 100 pessoas da Ancorensis sem que a Câmara da altura, tivesse mexido uma palha! 100 pessoas da Ancorensis mais centenas de pessoas de outras empresas, sobretudo de Vila Praia de Âncora, que fecharam sem que a Câmara Municipal tivesse dado nota pública de alguma intervenção que impedisse o drama que tomou conta dessas famílias.

Agora foram encontradas alternativas à nova realidade e cabe ao colégio avaliar e, se for essa a sua vontade, implementar na sua oferta ou propor novas vertentes formativas, avançar com projetos que permitam colmatar o financiamento perdido, de modo a garantir o trabalho a todos, ou quase todos, os trabalhadores da Ancorensis.

A criação do Ensino Secundário Público em Vila Praia de Âncora é o cumprimento de um sonho antigo do Vale do Âncora, é certo, mas o facto não faz esquecer as dúvidas e as interrogações que sentem hoje os trabalhadores da Ancorensis e das suas famílias. Está em causa a sobrevivência da cooperativa, os rendimentos dos cooperantes e os salários dos que lá trabalham. Percebemos a desconfiança e até as reações emocionais, na certeza de que a Câmara Municipal e a capacidade negocial que tem demonstrado, é o único garante para uma solução boa para a Ancorensis. Como sempre foi dito, como sempre foi feito.



Assembleia Municipal de Caminha

O que não compreendemos, é a reação daqueles que não querem o Ensino Secundário público em Vila Praia de Âncora, daqueles que confundem o seu bem com o bem das populações, daqueles que quiseram aproveitar o drama da Ancorensis para atacar a Câmara Municipal e o seu Presidente.

Bem ao seu estilo, o PSD de Caminha lançou mais um dos seus "floreados comunicados", uma autentica vergonha e falta de respeito à população do concelho de Caminha, aos alunos, aos pais e sobretudo ao ensino público! Comparar o ensino público, as escolas públicas com campos de concentração, é mesmo de quem não tem respeito nenhum pelo trabalho de centenas de professores e funcionários da escola pública no Concelho de Caminha. É um abuso e, mais grave, é a tentativa de empurrar os alunos do concelho para fora do concelho só por razões partidárias mesquinhas.

O PSD diz no seu comunicado e passo a citar: "chega-se à conclusão que estamos perante uma mera perseguição política à escola Ancorensis" Afinal pergunto: A Ancorensis é uma escola, uma sede de conhecimento ou um partido político, uma sede?

Que defendem vossas excelências?

O ensino secundário em Vila Praia de Âncora ou outra coisa?

Os interesses dos alunos? dos pais?

Do concelho de Caminha?

Resumindo, o interesse de todos? ou só de alguns?!!!

A minha pergunta é legítima ...face a tudo aquilo que é dito e publicado... relembro que na assembleia municipal extraordinária em Vila Praia de Ancora, o Sr. Deputado Rui Taxa disse entre outras coisas e passo a citar:

"Estivemos à espera que a Assembleia Municipal de Caminha, através do seu Presidente, ou da Mesa da Assembleia, ou do Executivo Caminhense ou de qualquer outro grupo político, ou grupo de cidadãos, tivesse tido a iniciativa de convocar uma Reunião Municipal Extraordinária para discussão Público deste tema: o encerramento da Ancorensis Cooperativa de Ensino"



Assembleia Municipal de Caminha

Mas então o que importava aqui? O facto de Vila Praia de Âncora ficar sem ensino secundário ou outra coisa? O que interessava ao deputado Rui Taxa?

Pedi ainda o Sr. Deputado Rui Taxa, a demissão de todo o executivo usando termos como: "figura ridícula e anedótica" referindo-se ao Sr. Vereador Rui Fernandes; depois acusou o Sr. Vice-Presidente Guilherme Lagido e passo a citar: "de ter sido omissos na defesa dos interesses da sua terra e lutar pelas instituições, por não ter descido ao terreno e vestido a camisola da sua terra".

Também o Sr. Presidente desta Assembleia foi convidado a demitir-se, chegando mesmo a ser dito, e passo a citar: "perdeu uma oportunidade única de mostrar o que vale" uma total falta de respeito pela figura máxima desta Assembleia!

Finalmente e como não poderia deixar de ser, o Sr. Presidente da Câmara, alvo a abater, também teve direito aos seus "elogios".

Como sempre, acusado de ser amigo do Primeiro Ministro e agora também do Ministro da Educação, ouvimos coisas como, e passo a citar: "V. Exa já sabia que a Ancorensis estaria condenada ao encerramento a curto prazo, V. Exa já sabia que o Ensino Secundário iria morrer nesta freguesia" "... V. Exa traiu a Direção da Ancorensis, traiu a Ancorensis cooperativa de ensino, traiu a população de Vila Praia de Âncora e do Vale do Âncora, traiu o Concelho de Caminha! E finalmente... "Exijo a sua demissão:

Pois é, foi isto que ouvimos daqueles que apregoam a Democracia! E agora...que me dizem? Terão a coragem e a hombridade de pedir desculpas? Claro que não, isso seria pedir de mais!

O PSD não percebeu o essencial: o Concelho de Caminha ganhou um nova Escola Secundária em Vila Praia de Âncora, o edifício da atual EB 1,2 vai ter obras de requalificação há muito pedidas e ignoradas pelo PSD na Câmara e no Governo, Caminha terá também um edifício novo num investimento garantido de cerca de 3 milhões de euros que o PSD não quis fazer e o Presidente da Câmara encontrou alternativas para a Ancorensis poder negociar e continuar a fazer o que faz bem, contribuindo para o ensino e a educação do concelho.



Assembleia Municipal de Caminha

Por dever de ofício, tive que ler o comunicado do PSD relativamente á notícia de criação do Ensino Secundário de Vila Praia de Âncora. Nesse comunicado, entre o absurdo e o desesperado, é atacada a população, os professores do ensino público, os funcionários da escola pública, as famílias e, finalmente, o Presidente da Câmara, a verdadeira fixação do PSD agonizante do concelho de Caminha. O PSD chega a um ponto de mesquinhez que ataca o Presidente da Câmara pessoalmente, acusando-o, imagine-se, de não ter filhos, de não poder decidir sobre Educação por não ter filhos. Este tipo de política tem que acabar, a bem da decência e da honra.

Municípios do nosso concelho,

A Câmara Municipal não foi indiferente às dificuldades, o Executivo cumpriu com a sua obrigação, cumpriu com as deliberações da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora, o concelho fez história em Vila Praia de Âncora que agora ganha a Escola Secundária que sempre desejou.

O Partido Socialista está orgulhoso do executivo que dirige o nosso concelho e a bandeira "Mais e Melhor para Caminha" nunca esteve tão bem aplicada como neste momento em que o concelho de Caminha consegue 2 polos de ensino secundário para servir a sua população e a Ancorensis tem nas suas mãos as propostas, pelo menos algumas das propostas, para se assim entender, seguir o seu exemplar caminho no nosso concelho!

Das dificuldades, fizeram força e da guerra, ganharam uma batalha, uma batalha nesta guerra constante que o PSD teima em alimentar e que em nada favorece o nosso concelho."

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípios e a Comunicação Social, e disse que nem era para fazer qualquer intervenção mas esteve muito atenta a algumas das respostas que o Senhor Presidente deu aos intervenientes do publico que usaram da palavra e porque mais



Assembleia Municipal de Caminha

uma vez o Senhor Presidente recorre a uma figura muito característica na política, que é, quando não se tem respostas acusam-se os outros, não lhe resta outra opção senão usar da palavra.

Assim, e referindo-se a Senhora Deputada à intervenção do público sobre o Dólmén da Barrosa, a resposta do Sr. Presidente a esta intervenção merece-lhe as seguintes considerações: - Das palavras que mais se tem ouvido dizer nestas Assembleias ao Senhor Presidente da Câmara, são os termos intenções e ideias e atitude a que sistematicamente recorre é acusar que tinha responsabilidade nada fez. Disse ainda a Senhora Deputada: “Até parece que o Senhor não tem responsabilidade e não é Presidente da Câmara. É que o Senhor Presidente não se dá conta de que há três anos para cá é o Senhor que tem a responsabilidade, portanto, não deve ter percebido que ganhou as eleições no Concelho de Caminha e que ganhou essas eleições mandatado para fazer coisas, as suas decisões e orientações tudo aquilo que quiser fazer. O Senhor termina sempre, a seguir às ideias e intenções, termina sempre a dizer que continua a trabalhar, mas, ainda não se viu nada e a única coisa que se ouve nesta Assembleia é o Senhor a dizer que não fizeram porque quem tinha responsabilidade não o fez”. Ora, disse a Senhora Deputada que quem tinha essa responsabilidade era ela, porque esteve lá 12 anos como está agora aqui, e que nunca virou as costas ao lugar que ocupa, seja no poder seja na oposição.

Disse ainda ao Senhor Presidente que exerceu as suas funções de Presidente da Câmara como muito orgulho e que ela e os seus executivos fizeram muito, a obra está à vista de todos e por muito que queira não consegue apagá-la. Se fizéssemos tudo o Senhor nada teria para fazer. E se outras coisas não fizeram, entre elas a requalificação daquele espaço do dólmén, entre outras coisas, a Senhora Deputada dá um conselho ao Senhor Presidente: que brilhe, que faça, que pegue naquele espaço e o dignifique. Se o fizer e como lhe tem dito várias vezes, estará lá no dia da inauguração a aplaudir e como já lhe disse nesta Assembleia várias vezes sempre que o Senhor fizer alguma coisa para melhoria do



Assembleia Municipal de Caminha

Concelho de Caminha a Senhora Deputada estará inequivocamente ao seu lado a bater palmas.

Mas o que a Senhora Deputada não pode deixar é que o Senhor Presidente tente branquear e denegrir tudo o que foi feito e ainda diga que quem tinha responsabilidade não o fez, como não fizeram outras coisas. Disse ainda a Senhora Deputada que na verdade o parque de Skate está junto a um monumento nacional, mas, antes de este ser lá feito, ao contrario daquilo que o Senhor diz, foi dialogado e negociado com a Junta de Freguesia de então e esse foi o lugar escolhido por todos, mas, se o Senhor não concorda retire-o. O Senhor critica, mas o parque ainda lá está, portanto, é sinal que fizeram algumas coisas, como as hortas urbanas, e etc. Disse a Senhora Deputada que se ao Senhor Presidente lhe choca o parque, muito mais chocante é ver a entrada de Caminha convertida num parque de campismo improvisado, logo, são opções políticas, porque o Senhor Presidente entende que é bonito chegar à Vila de Caminha e ver um parque de campismo improvisado no mercado, ou ver Caminha votada à escuridão, ou o Centro Histórico de Caminha para além de abandonado e sujo na completa escuridão. São opções políticas que hão-de ser devidamente apreciadas pelos eleitores. A sua opção política como Presidente de Câmara foi apostar na requalificação do centro histórico, porque todas as obras que fizeram foram para que o Centro Histórico fosse um produto vendável para a captação do turismo, portanto, foi essa a opção política da Senhora Deputada, e durante três atos eleitorais foram avaliados por essas opções, logo, quando o Senhor Presidente foi candidato à Câmara já sabia o que existia e os problemas que existiam. Um outro assunto recorrente como desculpa são os processos, não só o senhor já sabia que existiam, como até o Senhor Presidente também já os tem, como todas as Câmaras Municipais têm e também os Senhores vão deixar processos para quem vier a seguir, como também mos deixaram a mim. Disse ainda a Senhora Deputada que o outro assunto recorrente é o pagamento de indemnizações. O Senhor Presidente fala sistematicamente em indemnizações, e à custa disso, já contraiu dois empréstimos de curto prazo de dois milhões de euros consecutivos. Mas,



Assembleia Municipal de Caminha

instado a justificar e como comprovam as contas, fala em especial e sempre uma indemnização de cerca de 20 mil euros, e insiste também num outro pagamento que não é um processo, não é sequer uma indemnização vendo-se a Senhora Deputada obrigada a que em nome da verdade, da honra e da honestidade política, eventualmente na próxima Assembleia Municipal solicitar que o Senhor Presidente da Assembleia Freguesia de Vila Praia de Âncora à época, Presidente do Âncora Praia Futebol Club, venha a esta Assembleia, repor a verdade, esclarecer os presente para de uma vez por todas o Senhor Presidente não invoque indemnizações que não existem.

Disse ainda a Senhora Deputada que por respeito institucional que parece que o Senhor Presidente não tem, não vai utilizar a expressão de que o Sr. Presidente mente, prefere dizer que o Senhor Presidente está a faltar a verdade, porque, repete tem mais consideração na forma como se dirige a ele do que a maioria das vezes, ele na forma como ele lhe dirige a palavra. Acha que lhe merecia esse respeito institucional, não só porque são os dois autarcas eleitos, mas foram e são os dois Presidentes da Câmara. Claramente o Sr. Presidente a maioria das vezes esquece-se disso. Disse ainda a Senhora Deputada que não se esquece que no dia da vitória do Senhor Presidente lhe ligou a dar-lhe os parabéns e que o Senhor Presidente, lhe agradeceu e lhe deu também os parabéns pela obra que tinha feito no Concelho de Caminha. Provavelmente não se lembra, ou não se quer lembrar, ou estava entusiasmado com a vitória, mas a verdade é que lhe deu os parabéns. Logo, ela fez obra e o Senhor Presidente se quiser também irá fazer obra e quando for a votos irá ser avaliado pela obra que fez. Disse ainda a Senhora Deputada, voltando ao assunto das indemnizações e uma vez que que o Senhor Presidente fala constantemente delas, que com a sua agenda política é ela que manda e quando for o momento e altura de falar dessas indemnizações o fará e até pode ser que haja surpresas interessantes sobre essas indemnizações e que as pessoas até certamente vão gostar de ouvir, mas, isso será quando a Senhora Deputada entender dar esse esclarecimento. Disse ainda a Senhora Deputada que enquanto o Senhor Presidente fala nas indemnizações não fala em tudo aquilo que



Assembleia Municipal de Caminha

prometeu ao Concelho de Caminha e que todos estão à espera, portanto, o Senhor Presidente insiste em falar do passado porque não tem nada para mostrar no presente e até mesmo em relação ao futuro. Também no que respeita à Ancorensis e ao futuro da Ancorensis, ou em relação às prometidas obras na escola pública que acolherá os alunos, só quando vir as obras realizadas e os alunos lá, é que serão uma realidade e uma promessa cumprida, porque, até lá o que existe de concreto é mais uma conferencia de imprensa, mais uma ideia e mais uma intenção. Portanto sobre o ensino secundário alegadamente conseguido para Vila Praia de Âncora para já o que temos foi uma conferencia de imprensa. A Senhora deputada vai esperar para ver. Como vai esperar para ver as obras do mercado a requalificação da marginal, porque são todas obras que não se fizeram, porque senão tinham feito tudo e não deixavam nada para o atual executivo fazer. E voltando às indemnizações disse a Senhora Deputada que são sempre as mesmas, porque se se descriminarem por valores as verbas são sempre iguais e durante três anos pede empréstimos para os justificar, e o Senhor Presidente vai buscar dois exemplos paradigmáticos para mostrar a sua demagogia política, sendo um deles o Dólmén da Barrosa, que é, foi um problema criado pelo Partido Socialista, um processo herdado do Partido Socialista que quando foi poder durante 25 anos, para aquele local decidiu criar um Bairro Social, e convenceu os proprietários daqueles terrenos que em troca dos terrenos lhes daria as casas, nesse Bairro. Mas, aquilo que aconteceu é que nunca foi construído esse Bairro Social, e foi isso esta a questão que se arrastou em tribunal. Decidir a forma como esses proprietários seriam recompensados, uma vez que não se construiria o Bairro Social e, portanto, teríamos de devolver os terrenos cedidos. Assim e em maio de 2013, foi feito um acordo com os herdeiros, que aceitaram o valor de outros apartamentos, deliberado em reunião de câmara, foi cabimentada essa indemnização e foi aquilo que se andou a tratar com os herdeiros e que foi aceite pelos mesmos para se chegar a um acordo. Portanto, aquilo que o executivo de então fez, foi chegar a um acordo com os proprietários, porque também herdaram problemas para resolver, mas se o Senhor não concorda com o modelo



Assembleia Municipal de Caminha

encontrado, mude, mas, não venha sistematicamente a esta Assembleia desculpar-se com aquilo que os outros não fizeram, porque aquilo que aconteceu como aqui fica demonstrado é que também eles herdaram problemas. Mas, disse a Senhora Deputada, a atitude perante os problemas é que é diferente: Foi tentar resolver, foi ser proactiva. Em vez de ir as Assembleias sistematicamente desculpar-se com os outros, dizer que não fazia porque não podia, porque os outros lhe deixaram problemas por resolver, foi tentar resolver e arranjar soluções.

A Senhora Deputada disse que os empréstimos contraídos no seu tempo, de médio longo prazo, foram contraídos para fazer a obra que está à vista de todos e que todos conhecem e disse ainda a Senhora Deputada que agradece ao Senhor Presidente o facto de falar nisso constantemente, porque assim lhe dá a oportunidade de poder referir e relembrar a todos os que estão a assistir todas as obras que fez, e o que está feito, logo, quem fica mal na fotografia não é ela, mas sim o Senhor Presidente.

Mas, disse ainda a Senhora Deputada que quando o Senhor Presidente escolhe o outro exemplo ainda é mais paradigmático porque quem decidiu alugar aquele espaço ao Dr. ° Dionísio Marques, foi o Partido Socialista, que fez um contrato de arrendamento que não salvaguardou nem o projeto, nem como se deveria entregar o edifício, foi o Partido Socialista. Mas este foi mais um problema resolvido, quando saiu da Câmara a Senhora Deputada já deixou em fundos disponíveis a verba para ser paga a indemnização, e que para a próxima Assembleia poderá dizer qual a data em que foi colocado em fundos disponíveis e como todos sabem as indemnizações não precisam de cativação de fundos disponíveis, impõe-se por sentença e por decisão judicial, portanto, logo a seguir, e após as eleições, o novo executivo só tinha que dar cumprimento à sentença, e aquilo que tinham que fazer, era pagar, e quem criou este problema foi o partido do Senhor Presidente. Disse ainda a Senhora Deputada que quando quiseram entregar o edifício, o Dr. ° Dionísio Marques não aceitou o edifício como estava, portanto, foi necessário fazer-se uma reunião com o arquiteto para que ficasse em ata escrito aquilo que exigiam, para não se correr o mesmo risco que inicialmente se correu e que o



Assembleia Municipal de Caminha

problema das rendas iria assim continuar. Disse ainda a Senhora Deputada que a primeira decisão do tribunal foi favorável ao Município, portanto, este tipo de questão não tem nada ilegal e quando as pessoas não se entendem os tribunais existem para esgrimir situações de conflito, portanto, este tipo de situação acontece pelas Câmaras de todos no país, logo aquilo que ali traz o Senhor Presidente são falsas questões. Sobre a indemnização à trabalhadora, falará mais tarde e quando o entender.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse, quanto ao contrato de arrendamento, que a Senhora Deputada Júlia Paula na sua intervenção disse uma inverdade absoluta quando refere que a culpa é do PS relativamente à questão do contrato, refere que foi celebrado com o governo do PS, sendo isso uma verdade, porém, foi incumprido pelo governo do PSD, e só pela teimosia da Câmara Municipal de então em andar a arrastar este processo pelos tribunais com rendas a vencer mensalmente no valor de dois mil e quinhentos euros, o que leva a ter que se pagar uma indemnização de meio milhão de euros. Disse ainda o Senhor Deputado que a Senhora Deputada Júlia Paula domina várias matérias e até o direito, sabe perfeitamente que resulta do código civil, que quem recebe o arrendado deve entregá-lo ao senhorio exatamente no estado em que o recebeu, portanto, fraca é a desculpa, quando diz que não estava no contrato uma cláusula em que constasse que teriam que entregar o espaço exatamente como se encontrava, referindo o Senhor Deputado que o vai demonstrar, porque vai verificar isso no contrato, logo, se é certo que o contrato foi celebrado no tempo do Partido Socialista em que era Presidente o Senhor Valdemar Patrício, a verdade é que foi incumprido no tempo do PSD, e de uma forma grosseira, que ao erário público custa meio milhão de euros, e por mera teimosia, isto, na perspetiva do Senhor Deputado. Disse ainda o Senhor Deputado que o affaire político do PSD, o affaire da luta político partidária



Assembleia Municipal de Caminha

retira-lhe também aquilo que é o descendimento para apoiar e aplaudir êxitos de vidas, conquistas que o governo do Partido Socialista tem conseguido, sobretudo o Presidente da Câmara com os seus Vereadores para o Concelho. Disse ainda o Senhor Deputado que o Dr.º Miguel Alves e os seus Vereadores, a atual Câmara Municipal de Caminha conquistou para o Vale do Âncora uma vitória absolutamente histórica, a conquista do ensino público secundário para o Vale do Âncora, mas, quem desmente isto, está de má fé, e todos sabem que é assim, e os senhores estão a aproveitar um facto absolutamente notável para o Concelho de Caminha e sobretudo para o Vale do Âncora para criarem um facto político, numa luta político partidária que não tem sentido, os senhores desprezam aquilo que realmente é importante para a população, que é esta conquista, e porquê? Na luta política partidária sem lucidez, atraindo aquilo que é a vontade da maioria daqueles que os elegeram, e esta é a verdade, portanto, o Senhor Deputado não poderia deixar de ir ali dizer-lo. Disse ainda o Senhor Deputado Manuel Falcão ao Senhor Deputado Rui Taxa que na noite das eleições foi efetivamente cantado o Grândola Vila Morena, na Praça Conselheiro Silva Torres em Caminha, e sabe quem lá estava a cantar era muita gente mas também muitos os funcionários camarários que viviam no silêncio e cantaram com emoção o Grândola Vila Morena, e sabe porquê Senhor Deputado Rui Taxa, é porque se vive efetivamente numa democracia, porém, antes de 2013 vivia-se numa democracia asfíxiada, agora escusa de ter medo, porque o Partido Socialista, as pessoas do Partido Socialista não infligem esse sentimento a ninguém, podem divergir deste executivo, não vivem com receio, medo ou com o coração nas mãos, como acontecia em tempos anteriores. Por fim disse o Senhor Deputado que ao PS e a eleições de democracia ninguém lhe dá, portanto, não aceita aquelas que foram as palavras do Senhor Deputado Rui Taxa.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que acerca do contrato que o Senhor Deputado refere, este não estava devidamente formulado. Do ponto de vista jurídico foi solicitado um parecer que orientou a decisão do executivo. Não foi feito



Assembleia Municipal de Caminha

de forma aleatória e é tão legítimo esse parecer como a sua opinião, porque nunca foram tomadas nenhuma decisões sem que houvesse um parecer jurídico. E pergunta a Senhora Deputada se não é verdade que várias vezes quer o Senhor Presidente, quer alguns dos Senhores já ali referiram que os pareceres jurídicos “são como os chapéus, assentam conforme a cabeça”, e até mesmo o Senhor Deputado Manuel Falcão como advogado, na sua profissão, quantas vezes dá um parecer e a seguir os tribunais decidem noutro sentido. Estará o Senhor Deputado a dizer que os juízes que nos deram uma decisão favorável na primeira instância são “burros”?

Solicita a Senhora Deputada que o Senhor Deputado a esclareça se: Tendo a Câmara de Caminha obtido uma decisão favorável na primeira instancia, se acha que é grave que a Câmara de Caminha consubstanciada num parecer jurídico dado por um jurídico da Câmara entendesse que o contrato não tinha implícita a questão das obras e a forma como edifício deveria ser entregue.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, disse que para responder à questão colocada pela Senhora Deputada Júlia Paula teria que conhecer o processo, logo, não vai responder à questão, mas, aquilo que pode dizer, é que sabe a sentença ou acórdão provindo daquilo que foi o supremo tribunal de justiça e sobretudo o que, o antecedeu da Relação do Tribunal de Guimarães, o qual era um acórdão absolutamente demolidor para a Câmara de Caminha, porque o leu na altura. Disse ainda o Senhor Deputado que o do Supremo não leu, mas, que o vai tentar arranjar para o ler, e sobretudo para saber o tempo que levou a entregar o edifício.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e logo de imediato agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora e ao Senhor Deputado José Luis Lima os problemas que ali levantaram, e disse que este é um lado agradável da



Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal, porque se está num plano em que os Deputados interpelam o executivo por aquilo que acontece e dessa forma o executivo tem a oportunidade de esclarecer as questões ali colocadas. Disse ainda o Senhor Vereador relativamente à limpeza urbana que o contrato realizado com a empresa de limpeza é em tudo exatamente igual em termos de cláusulas ao contrato que existia no passado, logo, admite o Senhor Vereador que seja necessário fazer-se um acompanhamento mais de perto, uma vez que a empresa é a primeira que está a prestar o serviço e talvez se torne necessário fazer esse acompanhamento, contudo, também disse que todos os meses reúnem e são levantados alguns problemas já verificados pelo executivo, como estes serão reportados. Disse ainda o Senhor Vereador que o Senhor Carlos Castro sabe também como ele que no que diz respeito à limpeza de valetas usava-se o herbicida e irá continuar-se a usar, o qual tem uma nova regulamentação, porém, necessita de uma autorização da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, e esta é uma nova realidade, e ainda houve um contra que foi o Inverno se ter prolongado pela Primavera e o tempo não permitiu para que se fizesse esse trabalho. Disse também o Senhor Vereador que a recolha do lixo se faz ao fim de semana e pede que as situações anómalas lhe sejam reportadas para assim poder reclamar junto da empresa. Quanto à limpeza da praia disse o Senhor Vereador que ainda hoje tinham sido içadas as bandeiras nas praias e o comentário que lhe fizeram, foi que a praia estava limpíssima, no entanto admite que na areia ainda possam existir algumas insuficiências, o que tomará nota para ver exatamente aquilo que está a acontecer. Relativamente à instalação da rede de gás, disse o Senhor Vereador que nunca foi referido que não haveria perturbação com essa instalação, e uma vez que este assunto foi colocado, informou o Senhor Vereador que o Concelho de Caminha já tem rede de gás natural, porque, já foi metido em carga o gás e a Freguesia de Âncora já tem gás natural e provavelmente daqui a 15 dias Vila Praia de Âncora também já irá ter. Quanto à reposição do pavimento o Senhor Vereador disse que teve os devidos cuidados, porque ligou ao Senhor Encarregado Carlos Castro para que acompanhasse de perto e que lhe reportasse as situações anómalas, portanto,



Assembleia Municipal de Caminha

sempre que haja situações anómalas pede o Senhor Vereador para que lhe sejam reportadas para que tome as devidas providências junto da empresa do gás, para que as coisas fiquem como estavam.

Quanto à iluminação pública, disse o Senhor Vereador que existe um projeto de iluminação público para o Centro Histórico de Caminha, o qual estava dividido em três componentes, ou seja, a componente da iluminação público, dos monumentos e do terreiro, e quanto ao terreiro transmitiram que não era ilegível, quanto aos monumentos transmitiram que seria alvo de financiamento no ano de 2017 e não no momento em que foi feita a candidatura, mas, quanto as zonas intervencionadas disse o Senhor Vereador que já depois de executadas foram feitas medições de luz e a quantidade de luz é superior entre 20% a 30% e os consumos reduziram em 70% e nesta matéria quem acompanhou a obra foi o responsável da Ordem dos Engenheiros em iluminação público da zona norte, e disse ainda o Senhor Vereador que tem tido algumas críticas que em algumas ruas do Centro Histórico tem mais luz, como por exemplo na Rua da Corredoura, na Rua Visconde Sousa Rego e na Rua do Meio. Disse ainda o Senhor Vereador que o problema da Rua de São João é que o projeto esta interligado com a iluminação da Misericórdia e da Capela de São João, logo, quando for executada essa componente a luz refletida vai reforçar determinada parte da Rua de São João, apesar de ter havido o cuidado para que os pontos de luz fossem aproveitados com os cones já existentes, portanto, essa questão foi devidamente estudada e acautelada. Quanto à questão colocada relativamente à Rua da Corredoura, disse o Senhor Vereador que é extremamente desagradável e aquilo que aconteceu foi que ardeu o quadro que fazia a distribuição luz nessa artéria, pois, tornou-se necessário recorrer a técnicos para que restabelecessem esse problema.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse mais uma vez, que queria complementar algumas das questões que foram colocadas ao executivo. Disse o Senhor Presidente que parte delas já foram esclarecidas pelo Senhor Vice-Presidente, sobre algumas matérias tendo que se deter por último, na questão do Ensino



Assembleia Municipal de Caminha

Secundário em Vila Praia de Âncora e da Ancorensis, porque é de facto um assunto complexo que não vai perder esta oportunidade para voltar a dar esclarecimento sobre essa matéria.

Disse ainda o Senhor Presidente que vai abordar duas intervenções. Em primeiro lugar a intervenção do Senhor Deputado Rui Lages, e disse que o Senhor Deputado Rui Lages ali conseguiu dar nota, daquilo que se tem vindo a passar no debate político partidário no Concelho de Caminha. A verdade é que o exercício político da oposição que devia de ser de alternativa de proposta, e naturalmente defendendo as suas ideias e o seu legado, porque ainda não passaram três anos desde que saíram do executivo camarário, tem sido marcado nos últimos tempos por atacar tudo o que mexe e tenha alguma influência da Câmara Municipal; às vezes na crítica até às atividades que não tem nada a ver com a Câmara Municipal, mas parece que tem, logo, opta por dar o tiro e depois perceber quem é a presa. Isso tem acontecido muitas vezes, como, estar contra o Rally de Portugal, como sempre estiveram; estar contra os protocolos assinados na área da cultura, nomeadamente no apoio à Krisálida; estar contra as atividades desportivas, em que tudo corre mal e que ninguém gosta do que se passa e não perceber os números que sustentam o crescimento e influência do Conselho de Caminha no âmbito nacional, é de facto passar ao lado daquilo que é a realidade. Isso será trágico politicamente para o PSD. Disse o Senhor Presidente que por isso é importante que possa haver uma inversão desta posição e desta teoria sobre fazer oposição. Fazer oposição não é dizer mal sobre tudo o que aqueles que estão no poder acabam por fazer. É diferente! E espera que isso possa ser realmente reconduzido aquele que deve ser o trabalho responsável de uma oposição, porque o PSD é necessário e tem estado há três anos arredado dessa matéria. É importante que venha ao debate político apresentando essa alternativa.

O Senhor Presidente saudou o modo enérgico e um estilo que todos conhecem relativamente à intervenção da Sr.^a Deputada Júlia Paula Costa, e disse que a sua bancada nas últimas intervenções e nas últimas sessões já sentia falta dessa energia renovadora que a Senhora Deputada traz sempre ao debate político. É um



Assembleia Municipal de Caminha

estilo que o Concelho de Caminha conheceu durante doze anos e que no final acabou por rejeitar. Julga ainda o Senhor Presidente que a Senhora Deputada está com vontade de voltar à arena política e isso deixa-o feliz, porque, é tempo de se poder ir evoluindo nestes debates e saúda este reaparecimento da Dr.^a Júlia Paula com o seu estilo muito próprio, muito conhecido, mas que não traz muitas saudades. Disse também o Senhor Presidente que a Senhora Deputada se revolta sempre que o Senhor Presidente da Câmara fala sobre o passado, com um passado que não tem três anos e que hoje cala fundo naquilo que são os bolsos das famílias do Concelho de Caminha. No entanto, este executivo que tanto fala do passado e é criticado por isso, e a Dr.^a Júlia Paula foi ali falar de decisões de há 30 anos atrás que teve que resolver, pois, hoje ele está ali para as resolver e tem-nas resolvido, porque, é esse de facto o legado que tem, um legado que pesa muito fundo naquilo que são as disponibilidades para a Junta de Freguesia, pagar aos fornecedores, pagar à banca os empréstimos bancários, tem que pagar muito daquilo que foi um legado do passado, um passado que não tem três anos e fala-se dele porque é o que tem influência naquilo que é o dia-a-dia da Câmara.

Disse ainda o Senhor Presidente que se ouve sempre a argumentação, de que a Câmara estava com muito dinheiro, havia cabimentação para pagar todas as indemnizações, apesar de ser hoje claro e evidente pelos relatórios dos revisores oficiais de conta (ROC), de que quando este executivo chegou à Câmara durante quatro meses consecutivos havia disponibilidades negativas, era incumprida a lei dos fundos disponíveis, mas, não se pagou ao Dionísio Marques, não se pagou as indemnizações devidas, não se pagou a água que se devia pagar, não se pagou nada, nem se pagou aos herdeiros do Dolmen da Barrosa, portanto, estava lá o dinheiro, ia-se pagar a seguir às eleições, interessante, mas a verdade é que esse dinheiro não estava lá, esse dinheiro não existiu e é por isso que não se pagou, porque perdeu de facto uma oportunidade de o executivo anterior brilhar antes dessas eleições cumprindo no seu mandato as indemnizações devidas, ou seja, dizer que estava lá o dinheiro que era para pagar no dia a seguir às eleições, de facto não tem nenhuma sustentação.



Assembleia Municipal de Caminha

E para terminar, disse o Senhor Presidente à Senhora Deputada Júlia Paula que tem muito gosto que a possa ter em outro fórum que entenda para poder debater com ela, desde que a Senhora Deputada não atrole ambições de outros seus companheiros de partido. Mas, também lhe disse o Senhor Presidente com toda a franqueza à Senhora Deputada e sem surpresa, que a Sr.^a Deputada cria mitos em que a própria Deputada acredita. Não é verdade, não é verdade que lhe tenha dito na noite eleitoral que a Senhora fez um excelente trabalho. Em primeiro lugar porque não é verdade que do ponto de vista do Senhor Presidente tenha feito um excelente trabalho, em segundo lugar porque na noite eleitoral não lhe disse nada disso, aliás o que lhe disse, foi, agradecer o telefonema que lhe fez e logo a seguir combinaram as datas de tomada de posse, quando é que poderia ser, aliás algo que não cumpriu, e que se viu obrigado em contactos telefónicos com o seu Vice-Presidente a encontrar soluções, contudo, o Senhor Presidente disse que a Senhora Deputada que tanto gosta desse estilo de interjeições e de poder dizer o que quer, mesmo não sendo verdade, e muitas das vezes até acredita nisso, e até evidência, pensa o Senhor Presidente que a Senhora Deputada é mitómana, diz algo que não é verdade, mas acredita que isso que é mesmo verdade, logo, sobre essa matéria fica muito claro que aquilo que ali disse não é verdade.

Quanto à questão de Ancorensis, Cooperativa de Ensino, disse o Senhor Presidente que em primeiro lugar vai à parte menos interessante deste debate, mas que tem naturalmente o dever de refutar. A parte da política partidária. E referiu o Senhor Presidente que tem sido atacado pessoalmente nos fóruns de comunicação, nos comunicados que são enviados para a rua e nesta Assembleia, pois, tem feito um trabalho que pode não ser do acordo de todos, mas é um trabalho de exigência e cumpre as decisões que se tem tomado nas Assembleias Municipais. O que não pode é vir no registo como vem o Senhor Deputado Rui Taxa dizer por um lado que afinal o Presidente da Câmara não tem influência sobre o Governo, mas por outro, até cozinhou com o Governo esta solução para Ancorensis. Não pode aceitar também o Senhor Presidente que venham dizer que o Presidente da Câmara deu a estucada final na Ancorensis, quando o Presidente



Assembleia Municipal de Caminha

da Câmara, em seguimento e honrando aquelas que foram as decisões desta Assembleia Municipal, que aliás não foram aprovadas por vossas excelências(PSD), acabaram por conseguir que haja neste panorama geral, algumas soluções para poder-se preservar a Cooperativa de Ensino-Ancorensis, os postos de trabalho daqueles que lá trabalham o serviço e o legado de Ancorensis ao longo destes anos. É isso que se tem feito, porque, do PSD nem uma palavra, nem uma solução diferente. A tese do PSD relativamente a Ancorensis é simples: volte tudo como estava. Isto é como em outras matérias negar a realidade, à uma decisão tomada pelo Governo da República Portuguesa, essa decisão faz com que efetivamente algumas escolas de ensino privado cooperativo tivessem perdido contratos de associação relativamente a turmas do primeiro ciclo. O combate fácil é dizer volte-se atrás, o resultado seria a destruição da Ancorensis de uma penada só e, provavelmente, a não existência de ensino secundário em Vila Praia de Âncora. Como todos repararam o PSD aqui em duas intervenções não conseguiu dizer, ainda bem que se tem ensino secundário público em Vila Praia de Âncora, e há uma razão essencial para isso, há duas: a primeira é que não tinha ensino secundário público, logo, o PSD não gosta do ensino público que há no Concelho de Caminha, tem passado estas semanas a atacar a qualidade do ensino público, tem chamado de campos de concentração as escolas e a capacidade de organização pedagógica do ensino público do Concelho de Caminha, tem falado em amontoado de alunos, quando aquilo que se trata é de um agrupamento que tem prestado provas ano após ano na qualidade que tem. Também, não teve uma palavra para saudar a qualidade do ensino público no Concelho de Caminha. Centenas de professores, centenas de funcionários, gerações de mulheres e de homens deste País deste Concelho que tiveram aulas no ensino público do Concelho de Caminha, logo, o PSD não gosta do ensino público, e o PSD também não gostou que em conjunto com a Ancorensis e com a Assembleia Municipal se tivesse encontrado uma solução que tornou possível, que o Presidente sem influência conseguisse mobilizar energias para se ter pela primeira vez na história



Assembleia Municipal de Caminha

ensino secundário público em Vila Praia de Âncora. Duas escolas secundárias no Concelho de Caminha.

Disse ainda o Senhor Presidente que desde que foi tomada a decisão e tornada pública essa decisão tem-se desdobrado em encontros, em fóruns, em reuniões para preparar e sustentar a posição do Município de Caminha, esse foi um trabalho realizado ao longo de todas estas semanas junto do Ministério da Educação, quer da Secretaria de Estado quer do Gabinete do próprio Ministro, em conjunto com o contributo de todos aqueles que quiseram dar a sua colaboração. Não foi o caso do PSD de Caminha que não contribuiu em nada para esta solução e quando se chega ao momento em que tudo parecia irreversível e onde o plano de ataque político à Câmara e ao Presidente da Câmara podia surtir efeito, eis que em conjunto da racionalidade das posições que a Assembleia Municipal tomou contra o voto do PSD, se conseguiu convencer o governo que havia erros na primeira decisão que tomaram. E esses erros foram substituídos por três medidas essenciais: em primeiro lugar, a criação de ensino secundário público em Vila Praia de Âncora, isso fez com que matasse o argumento que o PSD usa de que as crianças teriam que ir para Viana ou para Caminha, não podendo ficar em Vila Praia de Âncora. E entendeu-se que era importante segurar o ensino secundário em Vila Praia de Âncora e no Vale do Âncora, foi isso que decidiu a Assembleia Municipal, foi isso que decidiu a Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora. Cumprimos. Há ensino? Haverá ensino secundário em Vila Praia de Âncora. Já sei que alguns Deputados não acreditam, mas esse anúncio foi tornado público, e está ali para responder por ele porque tem esse compromisso da parte do Ministério da Educação. Em segundo lugar, a necessidade de se encontrar soluções para a Ancorensis. A Ancorensis não é uma instituição qualquer e percebe bem a emoção daqueles que tem os seus empregos em risco, que tem as suas profissões e os seus sonhos que estão colados, a esse percurso profissional em risco. O Senhor Presidente percebe também essa raiva, essa desilusão por uma solução que não é do seu agrado, mas não compreendo este ataque que alguns responsáveis políticos têm, e não conseguem discernir naquilo que é essencial. E se alguém, e



Assembleia Municipal de Caminha

perdoem a modéstia, que tem podido trabalhar e tem conseguido trabalhar para encontrar alternativas é o Presidente da Câmara, mandatado por esta Assembleia Municipal. E todos sabem que aquilo que aconteceu, fez com que Ancorensis-Cooperativa de Ensino perdesse financiamento para as turmas de início de ciclo do 7º e do 10º ano, perdendo a grosso modo um financiamento de 400 mil euros. No próximo ano letivo Ancorensis continuará a receber contratos de Associação de cerca de 900 mil euros, mas tem uma diferença relativamente aquilo que recebia e que lhe permite sustentar o seu corpo docente e discente. O trabalho do executivo perante o anúncio que foi feito e a decisão do Governo da República, que não é a decisão da Assembleia nem da Câmara Municipal, foi encontrar alternativas para financiar esta diferença de financiamento. É isso que se tem feito, é nisso que se está a trabalhar. E folga o Senhor Presidente em ver que a Ancorensis, compreende isso e tem trabalhado em conjunto. E o Senhor Presidente vê muito mal, que enquanto a Ancorensis luta para sobreviver e para encontrar soluções com a Câmara e com o Ministério, enquanto a Câmara luta para poder manter a Ancorensis a funcionar com outros caminhos, o PSD vem ali sistematicamente decretar a morte da Ancorensis, não contribuindo em nada para essa solução. O executivo não tem a solução perfeita, o que tem para já é um compromisso político de que a aposta em ensino de adultos foi tão maltratado no tempo do PSD no governo, e esta é uma aposta para ter também em conta para o Concelho de Caminha, e a vontade do Senhor Presidente é que isso possa ser feito através da Ancorensis-Cooperativa de Ensino. E agora, já se está a trabalhar, para encontrar e concretizar essa alternativa; saber de quantas turmas se esta a falar, quanto tempo demora a ter esse financiamento, de quanto dinheiro se pode estar a falar para se encontrar também outras soluções. E Ancorensis luta pela vida. Avançou agora com candidaturas para as turmas com início de ciclo apresentando uma propina para que as pessoas se possam inscrever no 7º e no 10º ano. Estão a trabalhar com outras turmas, outras possibilidades em conjunto com o Município irão apresentar ao Ministério da Educação. É este o trabalho que se está a fazer, logo, esta acusação e este ataque pessoal, até com uma ideia de que há ali um



Assembleia Municipal de Caminha

cozinhado qualquer ou que há algum tipo de traição, disse o Senhor Presidente que é de uma injustiça brutal para quem tem feito um trabalho para sustentar esta matéria.

Disse também o Senhor Presidente que tem tentado responder a algumas das questões mais concretas que lhe foram colocadas pelo Deputado Joaquim Celestino Ribeiro. São questões fundamentais. Em primeiro lugar sobre a durabilidade ou permanência sobre esta solução. Desse ponto de vista disse o Senhor Presidente que a tese inicial, e que ali expandiu na última Assembleia Municipal, seria no sentido de preservar o ensino secundário na Ancorensis – Cooperativa de Ensino durante o próximo ano ou dois anos, tendo em conta a realização de obras previstas para a escola secundária em Caminha. Essa tese tinha uma certeza, é que mesmo conquistando essa tese daqui a dois anos a tese ruiria e a sua solução ruiria também. E desse ponto de vista, essa solução é uma solução interessante e mais duradoura. O compromisso que foi assumido com a Câmara Municipal não era que se resolvia a questão do 10º ano, é que se resolvia a questão do 10º ano este ano para termos a continuidade do 11º e do 12º nos próximos anos. Ter ensino secundário, de facto, em Vila Praia de Âncora. Foi este o compromisso assumido pela Câmara Municipal. O município, já o disse, está disponível para encontrar outras soluções com a Ancorensis. E disse ainda o Senhor Presidente que depois das respostas ou das reações mais emotivas de ontem, hoje já teve sinais de que se pode trabalhar outro tipo de soluções, desde que elas sejam mais concretizadas e que de facto possam corresponder aquilo que são os receios da Ancorensis.

Disse também o Senhor Presidente que a estratégia para a implantação do “Qualifica” terá sempre de passar por uma estratégia de inteligência, que possa de facto preservar o essencial. Hoje, Vila Praia de Âncora ficará com uma oferta de ensino extraordinária, até do ponto de vista territorial, terá o ensino regular do secundário, tem o ensino profissional muito sustentado na ETAP se quiser, tem o ensino artístico articulado, sustentado na Academia de Música Fernandes Fão e poderá ter agora o ensino de adultos. É muito ambicioso. Logo, nesta matéria da



Assembleia Municipal de Caminha

educação tem que ser ambicioso. E pode haver soluções para rentabilizar o espaço para depois de se fazer todas as contas e de se avalia aquilo que está em causa. Portanto a preocupação do Senhor Deputado é a preocupação máxima da Câmara Municipal. Os professores e os trabalhadores não docentes. E disse o Senhor Presidente que relativamente aos professores, que estes puderam ter a ocasião de concorrer aos concursos que abrirão independentemente das soluções apresentadas, se não gostarem da solução que foi encontrada para Ancorensis, poderão então concorrer. E muitos dos professores tem a possibilidade fortíssima de encontrarem lugar pelos anos de serviço que já tem, apesar de o preocupar aqueles professores que estão em início de carreira, onde estes terão de facto que encontrar soluções porventura dentro da Ancorensis. Mas, também o preocupam os funcionários da Ancorensis, e disse o Senhor Presidente que nem todos estão contentes e que muitos canalizam a frustração da decisão do governo da qual não concordam no Presidente da Câmara e na Câmara Municipal. Contudo, para o Senhor Presidente isso não é o fundamental, o fundamental é poder estar a encontrar soluções para que o emprego deles possa ser garantido. E essas soluções podem estar dentro da Ancorensis, mas também podem estar fora da Ancorensis. Alargando o espaço do ensino público no Concelho de Caminha e, em particular em Vila Praia de Âncora, e tem que se saber o que isso significará, pode significar da locação de recursos, quer em termos de professores que não passa pelo Município de Caminha quer em termos de funcionários isso poderá passar pelo Município de Caminha. E é essa atenção permanente que o executivo nas próximas semanas terá, para tentar resolver os problemas, e por isso disse o Senhor Presidente que a durabilidade, e aquilo que tem a ver com a sustentação dessa solução, passa essencialmente pelo modo como a Ministério da Educação tomou a decisão. E o modo como tomou a decisão foi com base em estudos sobre os espaços disponíveis, a capacidade de expansão, a projecção do número de alunos e de matrículas nos próximos anos, os resultados escolares do Agrupamento, a disponibilidade de pessoal, essas contas foram feitas e não foram feitas para resolver o problema este ano, foram para se poder avançar. E nessa



Assembleia Municipal de Caminha

perspetiva, o executivo também cumpriu aquilo que os obrigava nesta Assembleia Municipal. Foi de encontrar soluções que permitissem fazer as obras há muito reclamadas, na EB de Vila Praia de Âncora e que agora houve posição política fincada para poder defender junto do Ministério da Educação. E o que se conseguiu fazer é melhorar as instalações. Há quantos anos se ouve falar a Escola Básica de Vila Praia de Âncora que precisa de obras? Há muitos e nada aconteceu porque não houve capacidade política de convencer o governo a agir nessa matéria. Mas, agora haverá e custa-lhe muito ouvir que haja vozes contra a realização de obras na EB de Vila Praia de Âncora. Porquê, esta falta de vontade de que se faça obras que permita melhorar o ensino público em Vila Praia de Âncora para as crianças de Vila Praia de Âncora, para as famílias de Vila Praia de Âncora, portanto, esta é uma boa notícia, ao se poder ter uma escola mais qualificada e melhorada.

Disse ainda o Senhor Presidente que uma questão que tem sido muito batalhada, e curiosamente, se ouviu uma intervenção do público sobre essa matéria, tem sido muito batalhada nos comunicados que o PSD tem lançado sobre este assunto, a qual tem a ver com a junção de ciclos na EB/S de Vila Praia de Âncora como se isto fosse um exercício estranho e completamente fora do contexto do que é o nosso País. As acusações tem sido muitas e até julga o Senhor Presidente que injustas para o Agrupamento de Escolas, que tem a incumbência de encontrar as soluções pedagogias para que isso possa acontecer. Contudo, está-se a criar uma ideia de que ao juntar o ensino básico em Vila Praia de Âncora com o segundo e terceiro ciclo, se está a criar uma fórmula nunca trabalhada, nunca vista, nunca preparada, pedagogicamente atentatória da qualidade de ensino e da qualidade das aulas prestadas aos alunos, logo, refere o Senhor Presidente que não é possível fazer disso um tema de debate verdadeiro e sustentado referindo que no País existem escolas que tem três ciclos, ensino básico com secundário no mesmo edifício e são 81 escolas. 81 Escolas, pois, não são duas nem três, são 81, 10 públicas e, curiosamente, 71 do ensino particular ou do ensino cooperativo. E escolas com terceiro ciclo de ensino básico, secundário e até pré-escolar temos 28



Assembleia Municipal de Caminha

escolas em todo o País, portanto, há mais fórmulas de verticalização do ensino que passa por juntar o ensino articulado ou o ensino profissional. Este é um trabalho que não é nada de extraordinário, nem de raro, nem de diferente. É um trabalho que cabe ao agrupamento fazer para poder de facto criar condições para se ter um bom ensino. E de seguida, o Senhor Presidente referiu alguns exemplos de escolas que juntam estes três ciclos e o ensino secundário, que às vezes são escolas de subúrbio, que são escolas sem condições e sem capacidade de produzir bons resultados, como: o Colégio de Nossa Senhora do Rosário no Porto, campeão de todos os rankings que são feitos, embora não reconhecidos pelo Ministério da Educação, no entanto, aparecem nos jornais; o São Dominic International School; o Liceu Francês; o Colégio Alemão do Porto; a EB/S da Batalha, também uma excelente escola pública com grandes resultados; a EB/S Carolina Michaelis no Porto, outra excelente escola pública; o Colégio do Minho em Viana do Castelo, logo, pergunta o Senhor Presidente se não é possível ao Agrupamento de Escolas de Caminha Sidónio Pais poder conseguir criar também a estrutura pedagógica em conjunto com a estrutura física para se poder criar uma escola de qualidade. E que serviço presta ao Concelho se se começar já a apoucar aquilo que ainda não existe? A qualidade do ensino público na futura escola básica e secundária de Vila Praia de Âncora.

Disse ainda o Senhor Presidente que este trabalho tem que se fazer, mencionando que podem contar, com a continuidade do trabalho que tem vindo a realizar. E até hoje cumpriu-se com todas as deliberações que esta Câmara e esta Assembleia em particular tomou sobre esta matéria. Também, se cumpriu com as deliberações que foram tomadas com a Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora sobre esta matéria. Portanto, cabe agora ao Senhor Presidente um trabalho duplo enquanto Presidente de Câmara, salvaguardar que a implantação do ensino secundário em Vila Praia de Âncora seja acompanhada com todo o apoio, com todo o cuidado para que nada possa falhar no próximo ano, os próximos anos serão difíceis na implementação do ensino secundário em Vila Praia de Âncora, mas, também tem que se encontrar soluções para que a Ancorensis continue a



Assembleia Municipal de Caminha

fazer o seu trabalho, para que os professores mantenham os seus postos de trabalho e o pessoal não docente mantenha também os seus empregos. Portanto, é isso que se vai fazer nas próximas semanas e é isso que já se está a fazer com a Ancorensis – Cooperativa de Ensino a quem saúda a abertura e inteligência para procurar estas soluções.

Para terminar disse o Senhor Presidente que Câmara Municipal que tem sido acusada, e ainda hoje ali, de não fazer nada relativamente à educação onde também são tão acusados, contudo, tem o sonho de poder marcar este mandato por uma aposta nos jovens, na qualificação dos jovens, na nossa educação que valha apenas apostar nos professores e no corpo docente. Por isso é que se tem apostado no transporte escolar que se alargou até ao 12º ano, e por isso é que se tem apostado nos manuais escolares, e por isso é que se tem apostado na criação de novas infraestruturas como se fez em Venade na escola primária, e por isso é que se tem contratado funcionários que trabalham nas escolas, prestando um serviço que falta nas escolas por falta de investimento, mas também do estado em cada uma das escolas, e também por isso se desbloqueou a futura escola Sidónio Pais em Caminha que foi posta na gaveta pelo governo PSD, sem que a Câmara PSD tenha dito nada, de modo a deixar o legado, na secundária aqui em Caminha, e por isso é que se criou pela primeira vez na história honrando a luta de gerações de Ancorenses o ensino básico e secundário em Vila Praia de Âncora. Contudo, é este o legado que o Partido Socialista quer deixar nesta passagem pelo poder executivo na Câmara Municipal.

A Senhora Deputada Júlia Paula, disse que a sua interpelação à mesa prendesse com a alínea g) do art.º25 do regimento fosse objeto de análise e esclarecimento para que todos a possam usar de forma conveniente.

O Senhor Presidente da Mesa, pergunta se algum dos grupos parlamentares quer usar da palavra para réplica, após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha referido que a sua bancada sentia muito a falta da sua energia, mas, a Senhora Deputada julga que quem sente a sua falta é o Senhor Presidente, porque sempre que ela se ausenta ele dá logo nota disso, e aquilo que a sua bancada sente é obvio porque ela está com eles e são um grupo, portanto, tem muito orgulho na sua bancada e na forma como ali exercem o seu mandato nesta Assembleia. Disse ainda a Senhora Deputada que contrariamente áquilo que é afirmado, não é verdade que a sua bancada não apresente propostas. Ao contrário, estão sistematicamente a apresentar propostas tanto ali, como em reuniões de Câmara que são sistematicamente rejeitadas por eles, e como exemplo de entre outros, disse a Senhora Deputada que apresentaram uma proposta para que as reuniões descentralizadas fossem reuniões de Câmara e foi rejeitada. Aconselhou ainda a Senhora Deputada a que o Senhor Presidente não faça leituras políticas erradas. Vê-se que o Sr. Presidente está muito preocupado com eleições. Aliás é só o que o preocupa, eleições, e está aliás mais preocupado com o candidato do PSD do que eles próprios, ou o próprio PSD. Portanto, não deve fazer esse exercício porque ainda é cedo, o Senhor Presidente deve preocupar-se com soluções para o Concelho de Caminha, porque, hoje nesta sessão ficaram várias coisas claras: vai haver desemprego na Ancorensis, o Senhor assumiu-o, diz que vai arranjar soluções, mas é lógico que a Ancorensis não vai ficar muito bem, e ainda diz que o PSD anuncia a morte da Ancorensis, e nisso tem toda a razão.

Também quando profere que ganhámos o ensino secundário no Vale do Âncora, isso significa que o Senhor Presidente não branqueia apenas o trabalho que os executivos anteriores fizeram no Concelho de Caminha, branqueia também o trabalho que a Ancorensis prestou ao ensino e ao Concelho. Um verdadeiro serviço publico ao Concelho de Caminha. Sempre pela mão da Ancorensis existiu ensino secundário no Vale do Âncora. Este ensino era subsidiado pelos diversos e sucessivos governos do PS e do PSD, porque se tratava de um serviço público.

Ficamos todos hoje a saber, pelas suas palavras que o Senhor Presidente acha que não havia até hoje ensino secundário no Vale do Âncora. Portanto, todos



Assembleia Municipal de Caminha

aqueles que estudaram e se formaram na Ancorensis, os projetos e o trabalho desenvolvido ao longo destes anos, não conta para nada, nas palavras do Sr. Presidente agora e só agora é que vai haver ensino secundário em Vila Praia de Âncora num claro exercício de demagogia política foi isto que o Sr. Presidente disse nesta Assembleia consecutivamente.

Disse ainda a Senhora Deputada que teve a simpatia de lhe dar os parabéns na sua vitória e não está arrependida disso, porque isso só revela o principio democrático de ter a atitude de lhe ter telefonado a dar os parabéns, mas não se espanta com a sua atitude de negar porque, já percebeu o que até mesmo as associações e instituições do Concelho infelizmente já percebem, que o Senhor hoje diz uma coisa e noutro dia diz outra.

Por fim a Senhora Deputada disse que tomou devida nota sobre a forma como o Senhor Vice-Presidente teve o cuidado de referir-se especificamente para responder a uma intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora.

Referiu que falou com o Encarregado o Senhor Carlos Castro, portanto, o Senhor Vice-Presidente teve o cuidado de distinguir e de destrinçar o Encarregado, do Senhor Presidente de Junta, mas, acontece que o Senhor Presidente de Junta fez ali a intervenção na qualidade de Presidente de Junta e alguns funcionários podem ter cantado o Grândola Vila Morena no Terreiro, mas, não era a Senhora Deputada que os chamava sistematicamente às reuniões de Câmara para os confrontar com os erros, chamava-os excecionalmente quando havia qualquer coisa no PPI e tecnicamente era necessário, disse ainda a Senhora Deputada que gostava de saber quem o Senhor Presidente retirou do Centro Coordenador de Transportes tão propalado unidade de queimados, porque aquilo que se vê agora na Câmara Municipal de Caminha é a unidade de entubados e de encostados.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que está de volta um estilo que é muito animado e muito colorido, mas, que não tem qualquer tipo de sustentação e disse o Senhor Presidente que ele enquanto Presidente da Câmara de Caminha é



Assembleia Municipal de Caminha

responsável pela perda de emprego dos trabalhadores da Ancorensis neste momento, contudo, a Senhora Deputada é a responsável direta pelas 100 pessoas da Ancorensis terem perdido o emprego, simples, a analogia é exatamente a mesma, mas, com uma diferença entre eles os dois, é que enquanto a Senhora Deputada não fez nada, não mexeu uma palha, não fez uma única ação política meritória, não sabe o Senhor Presidente se foi por não ter nenhuma influência política junto do governo do PSD, ou apenas, por não querer ajudar a Ancorensis a segurar os seus empregos, porque existem ali pessoas que perderam o emprego e se a Senhora Deputada refere que ele é responsável, porém, a Senhora Deputada é responsável por essas 100 pessoas que perderam o emprego e se o quiser debater seriamente, o Senhor Presidente afirmará que a Senhora não é a responsável por essas 100 pessoas terem perdido o emprego, a Senhora Deputada é só responsável por não se ter juntado à Ancorensis a conseguir durante aqueles anos de difícil luta, alternativas para que a Ancorensis pudesse sobreviver naquele momento, e, no futuro. O Senhor Presidente assume o compromisso de continuar a lutar pelos funcionários e professores da Ancorensis, porque, tem sido isso que tem feito, e perguntou o Senhor Presidente à Senhora Deputada se sabe de onde aparece o Centro Qualifica, de onde aparece a alternativa de financiamento, de onde é que julga ainda que esta capacidade de luta que a Ancorensis tem revelado e que quer debater com ele e com o Ministério de Educação para poder encontrar respostas para continuar a sobreviver. Disse ainda o Senhor Presidente que as declarações da Senhora Deputada a qual foi responsável pela política educativa pública durante muitos anos no Concelho de Caminha, ajudou a matar a Ancorensis por um lado e a insultar o ensino público por outro lado, essas sim são graves, e por isso disse o Senhor Presidente que não falou de eleições, porém, à Senhora Deputada saltaram-lhe os sininhos todos. Disse ainda o Senhor Presidente que se houver um momento aonde possam debater estas questões seriamente com tempo igual para todos, a Senhora com o seu estilo e ele com a responsabilidade que tem tido durante estes três anos, em fazer debates sérios com aqueles que estão com ele e que confiam nele e sem



Assembleia Municipal de Caminha

perseguição àqueles que não pensam como ele e às instituições a quem o Presidente da Câmara não agrada e às Juntas de Freguesia que não são do partido dele, porque estes são estilos diferentes, os quais podem ser comparados hoje ou quando a Senhora Deputada quiser num encontro qualquer.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez o seguinte requerimento verbal e disse que solicitava que o Senhor Presidente levasse à próxima Assembleia Municipal cópias das candidaturas da Ancorensis aos programas que ali referiu para que todos percebam quando essas candidaturas foram feitas, e aí, compreenderemos da forma como o Senhor Presidente está a lutar pela Ancorensis.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

3.º– PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e deu início à sua intervenção:

“No início deste mandato, fomos ouvindo, quer em reuniões de Câmara, quer em Assembleias Municipais, que a Câmara Municipal de Caminha, da gestão do Partido Socialista, não tinha dinheiro para pagar um prego, tal a herança herdada do anterior executivo, da responsabilidade do PSD.

Perante estas afirmações, dissemos muitas vezes e voltamos a afirmá-lo que, em 31.12.2013, a Câmara Municipal de Caminha, tinha em bancos cerca de 1,6 milhões de euros.



Assembleia Municipal de Caminha

Passado todo este tempo de gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal de Caminha, feita uma análise ao documento financeiro de 21 de junho, ficamos a saber que o município tinha em dotações orçamentais 128,263,44 euros, e cerca de 4 milhões, de faturas não pagas! Perante estes dados é para dizermos que estamos muito, muito preocupados com a atual situação, que a CM atravessa.

Neste documento financeiro informativo, V. Exas. não dizem se os salários do pessoal já estavam pagos, pois a não terem sido pagos, então, e uma vez mais foram utilizadas verbas das dotações não orçamentais, o que é muito mais preocupaste.

Perante este cenário, não vale a pena continuarem a esconder.... a aflição ou a asfixia financeira de uma gestão, que é da vossa responsabilidade, que optou por reduzir as receitas do IMI e do IRS e até das faturas da água.

Agora como não há dinheiro para pagar aos fornecedores, as dívidas aumentam, de ano para ano.

Aquando da aprovação das contas de 2015, tivemos o cuidado de chamar a atenção nesta Assembleia, da grave situação financeira que o Município de Caminha atravessa.

Perante este cenário, com a qual nos confrontamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados! Como sair desta situação.... sem reduzir as despesas?

No nosso entender, só aumentando a receita, coisa que V. exas. enquanto executivo camarário, não parecem estar minimamente preocupados.

Continuamos a afirmar que se continua a gastar dinheiro em festas e festinhas, com receitas que os munícipes entregam (ex. pagamento da água) e que são desviadas para socorrer o dia a dia aflitivo de uma tesouraria, que todos sabemos, praticamente nem para pagar um prego dá.

Lamentamos que não se respeite a ordem de entrada das faturas, como é o caso que acima citamos "O fornecedor da rede de água e do saneamento".

A bancada do PSD, aqui presente, desafia o executivo camarário, a dizerem-nos qual o montante das faturas não vencidas, para podermos saber a quanto importam os encargos assumidos e não pagos.



Assembleia Municipal de Caminha

Temos consciência, de que poderemos estar a falar de muito mais que os cerca de 4 milhões, que na informação que nos é disponibilizada, dizem dever.

A bancada do PSD, sente-se na obrigação, perante esta Assembleia, de voltar a relembrar que os prejuízos da gestão de V. Exas. no ano de 2014 foi de 1,7 milhões e que 2015 foi de 1,4 milhões, que sempre tentaram desvalorizar, são o reflexo desta descida das disponibilidades e do aumento das dívidas correntes, sejam ao fornecedor da água, sejam à empresa da recolha do lixo, seja à "Valor Minho" ou aos pequenos fornecedores.... que certamente desesperam, e com alguma razão.

Podem V. exas. argumentarem com o passado, essa é a vossa arma, mas esse tempo de mentiras já passou, como passou quando disseram que a Câmara Municipal da gestão PSD, devia à empresa "Aurélios", e com isso associavam o encerramento da empresa a dívidas do município. Uma mentira política bem propalada.

Podem ainda sobreviver à custa da difamação de que o executivo PSD tinha herdado 100 milhões, da Câmara Municipal do PS de então. Todas essas mentiras foram úteis para ganhar eleições, mas não são úteis para governar um município, esgotado que está o tempo das desculpas.

Neste período de seis meses, e dado que V. Exas. não conseguiram contas equilibradas em 2014 e 2015, seria justo que nesta altura, fosse entregue aos Senhores Deputados, um balanço e uma conta de exploração, destes primeiros 6 meses, para que todos possamos estar preparados, perspetivando o pior cenário, que será o ano de 2016, terminar com um aumento da dívida, com os fornecedores, sem receber e com saldos nas instituições de crédito, quase a zero.

Para terminar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a bancada do Partido Social Democrata, nesta Assembleia, está disponível para a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária, se assim o entenderem, com a finalidade de avaliarmos financeiramente a situação financeira do município, que é certamente preocupante, a avaliar pelos dados disponíveis e por tudo aquilo que vamos sabendo das preocupações manifestadas em reuniões de Câmara, pelos Senhores



Assembleia Municipal de Caminha

Vereadores do PSD. Queremos fazer isso com seriedade, elevação e maturidade. É isso que se exige de um Presidente de Câmara, e é isso que se exige de nós deputados.”

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e deu início à sua intervenção:

“A estratégia da Câmara Municipal Caminha associada ao desporto tem permitido trazer ao Concelho de Caminha diversos eventos de âmbito nacional e internacional com impacto muito positivo, tanto na notoriedade do nosso Concelho, como na economia local.

Esta estratégia tem dado bons frutos.

Refiro os diversos eventos desportivos, com ligação direta à promoção da nossa região e do nosso Concelho”, que determinaram o “aumento dos fluxos turísticos” em resultado do assinalável número de participantes e de espetadores.

Os eventos desportivos promovidos ou apoiados pela Câmara Municipal de Caminha nos últimos tempos, designadamente:

- O Rally de Portugal;
- O Xtreame Challenge TT;
- O Triatlo longo de Caminha;
- O Minho Sup Race
- A Meia Maratona Sunset

São exemplos de boas iniciativas que prestigiam o município de Caminha e comprovam que o nosso município tem excelentes condições naturais e infraestruturas, para receber este tipo de eventos.

Refiro que estas situações não acontecem por acaso, mas, antes resultam de uma estratégia bem desenhada que visa:

1. Apoiar logística e financeiramente as associações, promovendo a prática desportiva, e incentivando a criação de novas associações e modalidades.



Assembleia Municipal de Caminha

2. Apoiar o desporto escolar e iniciar interação entre associações/Câmara Municipal/escolas;
3. Criar e potenciar eventos desportivos que promovam e divulguem o Concelho atraindo atividade económica e potenciando o futuro de Caminha a médio e longo prazo.

É reconhecido hoje, por todos, que Caminha partilha e respira desporto e está, por isso, no bom caminho.

Regista-se um investimento financeiro de mais 25% no apoio às associações o que é um bom exemplo da aposta séria que está a ser desenvolvida pelo município.

Com esta estratégia, o município pretende, essencialmente:

- a) proporcionar aos nossos munícipes a prática desportiva, apoiando as nossas associações e incentivando a criação de outras;
- b) potenciar os nossos equipamentos e recursos naturais, porque o diamante existe, mas é preciso lapidá-lo.

Por isso, todos os anos, além dos eventos já consolidados, introduzem-se outros, para proporcionar uma maior dinâmica, para criar mais valor e para desenvolver a atividade económica e desportiva. Pela sua relevância gostaria de sublinhar alguns eventos realizados e a realizar em 2016, referindo, em particular:

- A Taça Presidente da República, em Remo, uma prova mítica que estava esquecida,
- A Golden League, a realizar em setembro, uma prova de pesca desportiva de nível internacional que se pretende alargar em 2017 a Vila Praia de Âncora, porque é uma aposta feita numa área de grande potencial turístico e económico.

E nunca é demais de destacar que, eventos como o Rally de Portugal, o Xtrema Challenge TT, a IV Edição do Triatlo Longo, o Trail de Serra D'Arga, o Minho SUP Race e o Campeonato Nacional de Futebol de Praia, comprovam a forma profissional e a enorme qualidade destas realizações, reconhecida pelos atletas, pelas Federações e pelo público em geral, razão pela qual estamos certos de que terão reflexo nas edições seguintes.



Assembleia Municipal de Caminha

A nível associativo, a Câmara Municipal de Caminha tem também sabido colaborar em eventos que proporcionam atividades desportivas e, ao mesmo tempo, servem para angariar fundos, como é o caso da prova de BTT promovida pelos Bombeiros Voluntários de VPA.

Para que conste, deixo algumas datas e dados quantitativos relacionados com as atividades desenvolvidas, além das que já referi:

28 de maio ----- II Zumbathon (Ancorense)

9/10 de julho ----MiKKeller Run

6 /17 de julho ----- DIRCK- Descida Internacional do Rio Coura em Kayak

23 de julho ---- Rowers Fest

20 de agosto ----- Open Remo do Mar

10 e 11 de setembro -----Golden League (Pesca)

No que se refere ao número de Participantes gostaria de referir a evolução registada nos últimos anos que aponta para o seguinte:

Meia Maratona Sunset de Caminha

2015 900

2016 900

Triatlo Longo de Caminha

2013 300

2014 330

2015 360

2016 400

DIRCK — Descida Internacional do Rio Coura em Kayak

2013 — 228

2014— 270

2015 — 392

Trail da Serra d'Arga

2013 — 2000

2014 — 2500

2015 — 3000



Assembleia Municipal de Caminha

Disse o Senhor Deputado que o investimento direto no evento Xstream Challenge TT ronda só em hotelaria e alimentação cerca de 17 mil euros, portanto, só com este exemplo já se pode concluir qual o impacto do desporto em termos de economia.

Caro Presidente, e caros membros desta Assembleia Municipal:

A estratégia está definida e estamos a levar à prática, em cada ano que passa, mais envolvimento das instituições ligadas ao desporto, mais públicos ligados às diferentes modalidades, mais público em geral e, no fundo, estamos a concorrer para aumentar o comércio e o setor do turismo e da hotelaria.

É evidente a dimensão internacional que o concelho de Caminha está a assumir, quer a nível da promoção dos seus recursos e dos seus eventos, quer de referências em várias revistas de especialidade nacionais e internacionais.

O mesmo se pode dizer dos números de participantes que atrás referi.

São milhares de pessoas que ficam a conhecer o concelho de Caminha e todo o seu potencial desportivo, mostrando de diferentes formas as excelentes condições naturais para todo tipo de prática desportiva.

Importa prosseguir nesta linha porque estamos a corresponder aos anseios das populações que nos elegeram.

Importa ter uma postura de melhoria contínua e fazer sempre mais e melhor.”

b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 22 de abril 2016

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 22 de abril 2016**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, solicitou que se fizesse uma pequena correção na pagina 47 da ata, referente à intervenção do Senhor Presidente da Mesa para que se adicionasse a palavra “a aceitação”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Gaspar Pereira**, solicitou para que se corrigisse na pagina 30 que aonde refere “Centro Social e Paroquial de Vila Praia de Âncora” deve dizer “Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções por não terem estado presentes.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) – Aprovação da Ata da Sessão extraordinária de 03 de junho 2016

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão extraordinária de 03 de junho 2016**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que queria valorizar o interesse que há em levar as crianças à Assembleia Municipal, para dessa forma ensinar-lhes o caminho da democracia, o qual deve ser estimulado e continuado e como já tinha referido o Senhor Deputado não só por esta assembleia, mas, também para todas que vierem a seguir independentemente da sua cor politica. Disse ainda o Senhor Deputado que convidamos as crianças a participar nestas assembleias e dias depois numa sessão extraordinária mandamos calar e sentar uma jovem com 16 anos de idade porque atingiu o limite de tempo para prestar a sua intervenção e por isso irá abster-se nesta votação.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, solicitou que se fizesse uma pequena correção na pagina 11, para que se colocasse no nome José Pedro a palavra “Ribeiro”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 0 voto contra e 14 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez uma declaração de voto e disse que a sua abstenção se deve por não ter estado presente, pelo que, o motivo é totalmente diferente da abstenção do Senhor Deputado Rui Taxa.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez uma declaração de voto e disse que a sua abstenção se deve por não ter estado presente, mas, que se estivesse presente nessa sessão, subscrevia na integra a sua abstenção pelas mesmas razões que o Senhor Deputado Rui Taxa.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) – Alterações ao Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e dezasseis, relativa as “**Alterações ao Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as “Alterações ao Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada no Concelho de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de maio de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada no Concelho de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada no Concelho de Caminha”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção:



Assembleia Municipal de Caminha

“Genericamente, este regulamento apresentado hoje a esta Assembleia, é o mesmo que tinha sido elaborado pelo anterior executivo, à exceção de algumas ténues nuances e da brutal quebra da verba alocada para apoio.

Esta Assembleia Municipal tem aqui a oportunidade de dizer a todos os caminhenses que não concorda com a verba de 10 mil euros constantes neste regulamento para apoio à recuperação de habitações degradadas de famílias com dificuldades económicas.

10 mil euros não é uma verba suficiente para fazer face aos problemas que existem no nosso concelho.

Os mais pobres, as pessoas com mais carências económicas merecem que lutemos por melhores condições e medidas de apoio eficazes.

Lamentamos que este executivo, que orçamenta mais de 700 mil euros para a cultura, regulemente que só deixará que sejam alocados 10 mil euros para prestar o apoio necessário e urgente, de forma a dar dignidade habitacional às famílias carenciadas do nosso concelho.

Vamo-nos abster nesta votação, porque não queremos prejudicar mais os munícipes a quem os Senhores têm dito que não apoiam, com a desculpa de que estão à espera de aprovar este regulamento em Assembleia Municipal, mas deixamos aqui o aviso da nossa luta para que proximamente estes valores sejam revistos e aumentados substancialmente.”

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que não era verdade que se esteja a diminuir o apoio que é dado através deste regulamento, porque, aquilo que se diminuiu foi que em vez de se atribuir 30 mil euros como se verificava no regulamento anterior por obras em cada casa intervencionada, agora, apenas se vai atribuir 10 mil euros porque anteriormente se esgotava muito da intervenção e inclusivamente as vezes reconstruindo algumas casas e este executivo entendeu que este regulamento não serve exatamente para isso, serve para fazer algumas intervenções mais específicas. Disse ainda o Senhor Presidente que anteriormente neste regulamento existia uma tabela máxima até 150 mil euros para recuperação



Assembleia Municipal de Caminha

de casas degradadas, portanto, poder-se-ia recuperar até cinco casas até 30 mil euros cada uma, este executivo entendeu colocar 10 mil euros por casa para que fizesse sentido estas intervenções rápidas e não existisse nenhum limite para se poder intervir, no limite se houvesse orçamento para isso, haveria como é natural muitas intervenções, porém, existe uma diferença substancial entre aquilo que foi proferido pelo Senhor Deputado e aquilo que corresponde à realidade, a matéria de apoio ou não à habitação degradada vê-se em cada orçamento sobre aquilo que se faz.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez uma declaração de voto e disse que se abstém pelo respeito dos munícipes e pela rapidez do processo. Disse ainda a Senhora Deputada que esta proposta representa uma redução de verbas substancial na área da Ação Social, e assim, também estão esclarecidas as verdadeiras razões da renúncia e do afastamento da Senhora Vereadora Ana São João.

Disse ainda a Senhora Deputada que esta declaração de voto é extensível à proposta f).

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**f) – Regulamento Municipal de Plano de Emergência Social – Caminha
Solidária**



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de maio de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Regulamento Municipal de Plano de Emergência Social – Caminha Solidária”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento Municipal de Plano de Emergência Social – Caminha Solidária”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção:

“Este regulamento à imagem do outro, também já existia e foram feitas as alterações à vossa imagem e à imagem daquilo que querem para o concelho.

O que mais nos causa consternação neste regulamento, que vem hoje a aprovação desta Assembleia, é o facto de terem restringido o apoio do programa Caminha Amiga, a famílias cujo rendimento per capita seja inferior a 10% do salário mínimo nacional.

Neste momento, quem só tem 50 euros para viver até ao final do mês pode usufruir deste programa, mas quem tem 60 euros já não pode.

Expliquem-nos qual a linha que separa 50 euros de 60 euros

Expliquem-nos porque cortam desta forma o universo de famílias que poderão ter acesso a este apoio social.

Expliquem-nos porque não mantiveram pelo menos os 20% que o anterior executivo aplicava.

É claro o vosso desinvestimento nesta área e a falta de apoio às pessoas mais carenciadas do concelho de caminha, mas reduzir desta forma é desumano.

Pergunto a esta assembleia se consideram diferente ter 50 ou 60 euros para viver até ao final do mês. E pergunto também como irão justificar que quem só tem 50



Assembleia Municipal de Caminha

euros pode usufruir do programa Caminha amiga, mas quem tem 60 euros já não pode.

Sabendo que estão sem dar determinados apoios porque alegam que aguardam a aprovação deste regulamento, não o inviabilizaremos e iremos abster-nos, no entanto fica aqui o nosso compromisso para com os munícipes do nosso concelho de que lutaremos e não deixaremos cair no esquecimento, pela necessidade de aumento desta margem que limita o valor máximo per capita para apoiar as famílias carenciadas.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que por este ser um Plano de Emergência carece que a resposta seja célere, rápida, e é nesse capítulo que apesar de ter havido o momento para se dar opinião e não o fizeram, gostava o Senhor Deputado que no artigo 13.º deste regulamento, e uma vez que estão instruídos muito bem os prazos para os quais as pessoas devem cumprir, contudo, não estão estipulados os prazos de resposta por parte da Câmara, pois, tratando-se de situações de emergência deve haver o bom senso por parte dos serviços camarários para que as respostas sejam céleres.

O Senhor Presidente da Câmara, disse que regista a nota que o Senhor Deputado Celestino apresentou e a qual deverá ser tida em conta. Disse ainda o Senhor Presidente que o limite per capita existia no anterior regulamento, ou seja, que a linha que separa os 50 dos 60 euros, era a mesma linha que separava o limite de 1 euro a seguir, o qual estava estabelecido no anterior regulamento, disse ainda que aquilo que se fez relativamente a esta situação foi adaptar o critério da percentagem do rendimento per capita aquilo que é aplicado pela Segurança Social o qual fez baixar o limite per capita que esta estabelecido neste regulamento, contudo, também se compensou aquilo que tem a ver com o pagamento de faturas de eletricidade, água e gás, cujo o limite nesse item cresceu, porque se percebeu que aquilo que é solicitado à Câmara Municipal é exatamente nesse tipo de pagamento e até mesmo por causa do limite que existia nesses itens por causa do



Assembleia Municipal de Caminha

limite per capita ser diferente não se conseguia dar resposta às pessoas, ou seja, julga o executivo que agora isso será possível para ajudar cada um dos cidadãos do Concelho de Caminha.

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou se o pagamento do telefone está contemplado, porque esta previsto na pagina 6 do regulamento.

O **Senhor Vereador Rui Fernandes**, disse que está por lapso, o telefone não está previsto, pelo que deverá ser corrigido.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, solicitou para que sejam esclarecidos, uma vez que não se está a perceber se estão a alterar a proposta que está para votação, porque precisam de saber se o apoio ao pagamento do telefone está incluído na proposta.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que se trata de uma gralha no regulamento, segundo aquilo que o Senhor Vereador referiu, será corrigido.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) – Atribuição de Subsidio à Junta de Freguesias de Vile para apoio na Repavimentação da Rua da Tapada



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de junho de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Atribuição de Subsidio à Junta de Freguesias de Vile para apoio na Repavimentação da Rua da Tapada”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o subsidio à “Junta de Freguesias de Vile para apoio na Repavimentação da Rua da Tapada”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) – Complementação de Sinalética Existente - Placa Adicional -Calçada de Santo António na União de Freguesias de Caminha/ Vilarelho

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de maio de dois mil e dezasseis, relativa à **“Complementação de Sinalética Existente - Placa Adicional - Calçada de Santo António na União de Freguesias de Caminha/ Vilarelho”**, conforme



Assembleia Municipal de Caminha

documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a complementação de sinalética existente no local com a colocação de uma placa adicional (Modelo 19b) com a inscrição "exceto cargas e descargas ao Convento de Santo António e Casa de Leiras", de acordo com foto mapa anexo à informação dos serviços e que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 02H42M, do dia 01 de julho de 2016, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature: Sónia Lajoso]

(Sónia Lajoso)

O Presidente,
[Handwritten signature: Luís Augusto Pestana Mourão]

(Luís Augusto Pestana Mourão)